

# paraná cooperativo

Ano 3  
Número 27  
Janeiro - 2007

AV. Cândido de Abreu, 501 - 80530-000 - Curitiba - PR - [www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)



## Infra-estrutura

### As amarras do desenvolvimento

# A cooperação é da nossa natureza

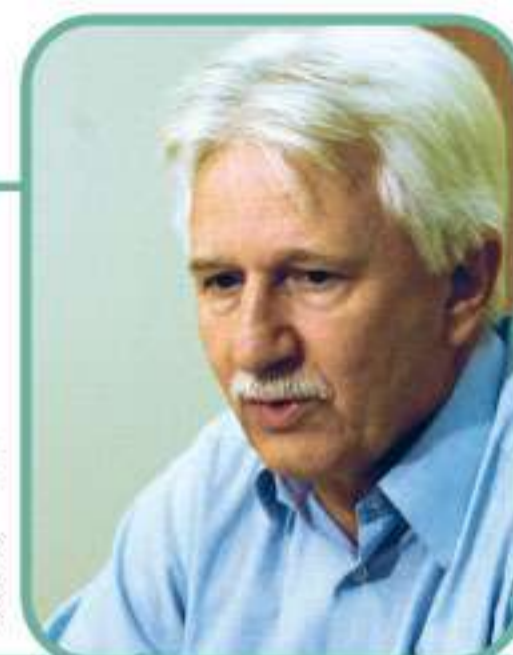
Neste mês, a C.Vale comemora 43 anos de cooperação e desenvolvimento, em um trabalho que envolve 3.600 funcionários e mais de 7.800 associados. Afinal, quando todos andam juntos, é possível chegar muito mais longe.



Produzindo alimentos com excelência

# Infra-estrutura: alicerce do crescimento

**João Paulo Koslovski**  
Presidente do  
Sistema OCEPAR



Ainda no início de dezembro, portanto bem antes do governo anunciar o Programa para a Aceleração do Crescimento (PAC), o cooperativismo do Paraná vem realizando, sistematicamente, pesados investimentos visando o crescimento da produção agropecuária e da sua capacidade industrial, que nos últimos seis anos somaram mais de R\$ 3,28 bilhões. No entanto, esse esforço tem esbarrado nos gargalos da infra-estrutura. Quais os últimos investimentos realizados na infra-estrutura de transportes do Paraná nos últimos anos? Lembramos na ligação ferroviária Guarapuava-Cascavel – de longa data -, a ligação entre o Paraná e Mato Grosso (Porto Camargo) a duplicação de alguns importantes trechos rodoviários – também de longa data -, e melhorias ainda insuficientes na área portuária.

Enquanto isso, as principais rodovias passaram à concessão privada a custos altíssimos para os usuários e com melhorias muito aquém das necessárias. O sistema ferroviário continua praticamente com a estrutura de um século atrás; os portos perdem a competitividade e a preferência de exportadores; e os aeroportos continuam inadequados para atender à demanda do crescimento da economia.

Com isso concluímos que, apesar de ter recebido investimentos apenas para atender parte das necessidades mais urgentes, o sistema de transporte se apresenta como um sério gargalo ao crescimento da economia, pois a sua

deficiência aumenta custos e reduz os investimentos em novos empreendimentos produtivos.

No entanto, as cooperativas são instituições paranaenses, com vocação histórica de desenvolvimento das regiões onde atuam, e por isso não podem pensar em mudar a localização geográfica de seus investimentos. Ao pagarem o ônus da deficiência da logística de transporte, têm sua competitividade afetada frente a concorrentes melhor localizados.

A nossa preocupação ao avaliarmos o PAC recém-divulgado é que importantes obras, citadas no estudo que divulgamos a partir da página 14 desta edição, não estão previstas. E ainda não podemos avaliar com exatidão as consequências da não inclusão de investimentos de impacto para o setor agropecuário.

De qualquer forma, o PAC está lançado. Os sistemas rodoviário, ferroviário, portuário e de aeroportos receberão parte dos investimentos necessários para reduzir os gargalos logísticos. Apesar de não suprir todas as nossas demandas, o importante é que o governo federal está sinalizando para a sociedade e o setor produtivo, os caminhos a serem trilhados. Nesse aspecto, entendemos ser fundamental a participação ativa das entidades de classe e parlamentares, atuando na esfera federal para que os investimentos demandados pelo nosso Estado possa ser viabilizados no menor espaço de tempo possível.

# Ambiente favorável ao desenvolvimento

A melhora da infra-estrutura do Paraná depende de investimentos de R\$ 5,8 bilhões. É o montante necessário, de acordo com estudo da Ocepar, para viabilizar obras fundamentais em ferrovias, rodovias, portos e aeroportos, além de ampliar a capacidade energética do Estado. Durante anos, a estrutura de transportes paranaense e do Brasil esteve relegada a um segundo plano na pauta dos governantes. Sem incentivos e segurança para investir, o setor privado não ocupou o espaço “abandonado” pelo poder público. O “apagão logístico” tornou-se iminente. Neste cenário de deterioração, o Governo Federal lançou o Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), com metas ambiciosas que prevêem investimentos de R\$ 500 bilhões na infra-estrutura do país. Apesar de não envolver diretamente o cooperativismo e o agronegócio, as medidas, se saírem do papel, trarão impactos positivos aos setores produtivos. Mas, para viabilizar o PAC, restam ainda inúmeros obstáculos. Agora, entram em cena o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF). De fato, a insegurança jurídica – a inexistência de um arcabouço regulatório que estabeleça com clareza a atribuição do governo e das empresas – dificulta a criação de um ambiente favorável para atrair investimentos privados. A tributação excessiva e os juros altos também são desafios ao sucesso do PAC. Essas e outras questões, consideradas fundamentais para o desenvolvimento do Paraná e do Brasil, são discutidas com profundidade na matéria especial desta edição da revista Paraná Cooperativo.

O leitor também poderá conhecer a percepção de dirigentes que representam importantes setores da economia brasileira e paranaense, que comentam os objetivos e ações para o ano que se inicia. Quanto aos resultados de 2006, duas matérias explicam em detalhes o desempenho do setor cooperativista nas esferas política e comercial, com um balanço das exportações das cooperativas. Depois de um ano difícil, o segmento começa a respirar. As vendas externas das entidades do Paraná cresceram 25% em comparação a 2005.

Acompanhe ainda os principais momentos da festa anual do setor, que reuniu em Curitiba mais de 1.700 cooperativistas paranaenses.

Boa Leitura.

6



**Perspectivas 2007: Dirigentes de importantes setores do Brasil e Paraná traçam um panorama dos principais desafios do novo ano**



10

**Balanço das atividades: Cooperativas do Paraná faturam R\$ 16,5 bilhões em 2006 e mantêm desempenho do ano anterior**

12



**Exportações: carne, álcool, açúcar e milho impulsionaram as vendas internacionais das cooperativas**

**31** Unimed Curitiba: projeto da cooperativa incentiva práticas saudáveis e combate o sedentarismo

14



**Especial: estudo da Ocepar sobre infra-estrutura estima os investimentos necessários para desatar o nó que trava o crescimento do país**



32

**Encontro Estadual: evento de confraternização reúne mais de 1.700 cooperativistas paranaenses**

36



**Cooperativas se unem em fórum permanente para aumentar participação no setor de varejo**

**34** Mídia: divulgado nomes dos vencedores do 3º Prêmio Ocepar de Jornalismo

**38** Cooperativas de crédito podem repassar recursos de programa do BNDES

**Diretoria da Ocepar  
2003/2007**

**Presidente:**  
João Paulo Koslovski

**Diretores:**  
Alfredo Lang  
Frans Borg  
Luiz Roberto Baggio  
Luiz Lourenço  
José Otaviano de Oliveira Ribeiro  
Sérgio Luiz Panceri  
Luiz Carlos Misurelli Palmquist  
Leocir Sartor  
Almir Montecelli  
Áureo Zamprônio  
Valter Pitol  
Dilvo Grolli  
Edvino Schadeck

**Conselho Fiscal:**  
**Titulares:**  
Jaime Basso  
Miguel Rubens Tranin  
Nelson Canan

**Suplentes:**  
Gaspar de Geus  
Antônio Sérgio de Oliveira

**Superintendente:**  
José Roberto Ricken

**Superintendente Adjunto:**  
Nelson Costa

**Diretoria do SESCOOP-PR  
2003/2006**

**Presidente:**  
João Paulo Koslovski

**Conselho Administrativo:**  
Alfredo Lang  
Guntolf van Kaick  
Josiany de Fátima Rolo  
Luiz Lourenço

**Suplentes:**  
Frans Borg  
Célia Hoffmann  
Sérgio Luiz Panceri  
Ramon Gamoeda Belisário

**Conselho Fiscal:**  
**Titulares:**  
Orestes Barrozo Medeiros Pullin  
Eurico Woitowicz  
Gabriel Nadal

**Suplentes:**  
Jacir Scalvi  
Carmen Tereza Sagheti Reis  
Francisco Augusto Sella

**Superintendente:**  
José Roberto Ricken

**EXPEDIENTE**

**Revista Paraná Cooperativo:**

Assessoria de Imprensa do Sistema Ocepar/Sescoop-PR.  
**Editor Responsável:** Samuel Zanello Milléo Filho (DRT/PR 3041) **Editor Assistente:** Ricardo Rossi **Redação:** Eloy Setti e Maria Duarte **Apoio:** Cleide de Paula. **Fotos:** Imprensa Ocepar. **Conselho Editorial:** João Paulo Koslovski, José Roberto Ricken, Nelson Costa, Flávio Turra, Gerson Lauermann, Leonardo Boesche, Samuel Zanello Milléo Filho, Eloy Setti **Diagramação, fotolito e impressão:** Editora Paranaense. **Redação:** Av. Cândido de Abreu, 501, CEP 80530-000, Centro Cívico, Curitiba - Paraná. **Telefone:** (41) 3200-1100 / (41) 3200-1109. **Endereço Eletrônico:** imprensa@ocepar.org.br **Página na Internet:** www.ocepar.org.br. **Capa:** Imprensa Ocepar. **As matérias desta publicação podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.**

# Negociações intensas em prol do cooperativismo



Marcio Lopes de Freitas, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Para o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Marcio Lopes de Freitas, o ano de 2007 será de muito trabalho e negociação. As ações do Sistema deverão se concentrar principalmente na busca de avanços na legislação que contemplem os vários ramos do cooperativismo. Entre os desafios a serem superados neste ano, Freitas cita como prioridades a concretização das medidas estruturantes para a agropecuária, a regulamentação de uma legislação para as cooperativas de trabalho, a viabilização de condições para o adequado tratamento tributário para o ato cooperativo a todos os ramos, além da intensificação das ações de treinamento realizadas pelo Sescoop. “O Sistema Cooperativista tem posicionamentos transparentes, mantendo em todas as negociações sua linha ética e de princípios, sem adesões partidárias. A força popular organizada do cooperativismo tem conquistado um espaço de respeito em todos os fóruns e discussões em razão de uma postura correta e pró-ativa”, afirma.

De acordo com o dirigente, o ano de 2006 foi conturbado, marcado por escândalos políticos, e começou com um sério problema a ser resolvido: a crise na agropecuária. “O processo de negociação das medidas emergenciais para o setor, liderado pelo presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, foi longo e complexo. Mas, ao final, depois de intensas discussões com o Governo Fede-

ral e o Banco do Brasil, obtivemos sucesso. Os resultados positivos fizeram desta negociação uma das ações políticas de destaque do cooperativismo em 2006”, enfatiza. “É preciso agora viabilizar as medidas estruturantes, para garantir segurança e rentabilidade ao setor”, prossegue.

Segundo Freitas, ao contrário do segmento agropecuário, nos outros ramos do cooperativismo as negociações obtiveram resultados menos expressivos. “O tratamento tributário para o ato cooperativo segue sendo uma pendência fundamental a ser equacionada. É necessário que haja a compreensão de que não estamos reivindicando isenções de impostos. Buscamos apenas acabar com a dupla tributação. As cooperativas são agentes dos cooperados, e estes já pagam seus tributos. Precisamos rever esta situação com urgência”, pondera.

Conforme o presidente da OCB, no ramo Trabalho houve uma sinalização positiva, mas ainda é necessário avançar mais nas discussões. “Estabelecemos critérios para o conceito de cooperativas do trabalho e preparamos um projeto de lei. Agora é preciso regulamentar, enfim, um marco regulatório para este ramo. Também vamos atuar para ajustar pendências jurídicas que afetam as cooperativas de crédito e de saúde, no que diz respeito a questões tributárias”, explica. “Através das ações do Sescoop, teremos um forte trabalho na formação de lideranças cooperativistas, imprescindível para o cooperativismo brasileiro, que envolve 7 milhões de cooperados e gera mais de 200 mil empregos diretos”, conclui Freitas.

# Fortalecimento político e incentivo à formação profissional



Ágide Meneguette, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP)

Manter o trabalho de fortalecimento dos sindicatos rurais e de empreendedorismo na área rural e ampliar os programas de formação profissional desenvolvido pelo Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). De acordo com o presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Ágide Meneguette, estas são as prioridades para 2007. Na frente política, a atuação seguirá forte na defesa dos interesses dos produtores. “Sempre fizemos isso e continuaremos a fazê-lo, negociando com as autoridades na busca de soluções para os problemas da agropecuária. Acho que neste ano e nos próximos teremos muitos problemas, entre os quais o endividamento dos produtores e a falta de condições para que haja uma produção com renda para o homem do campo – a manutenção da política cambial é exemplo disso”, analisa. “Os governos podem não querer nos ajudar, razão suficiente para que os produtores rurais criem as condições para poderem trabalhar num ambiente não muito favorável”, salienta.

Segundo o dirigente, em 2006 o setor rural sofreu com o rescaldo da crise iniciada em 2004 e as conseqüências em 2005 da “decretação de focos de febre aftosa no Paraná”. Quanto aos pecuaristas, conforme Meneguette, a situação continua difícil, uma vez que o mercado internacional ainda está fechado para carnes bovina e suína e os preços pagos aos produtores permanecem

baixos. “O ano de 2007 vai ser um reflexo desta situação, até que sejam derrubadas as restrições externas e possamos iniciar o difícil trabalho de reconquista dos mercados. É indispensável reforçar a vigilância na fronteira, que é de responsabilidade da União, e evitar os costumeiros cortes nos recursos orçamentários destinados à defesa sanitária”.

Em 2006, o Valor Bruto da Produção agrícola no Paraná fechou pelo terceiro ano consecutivo em queda. Em preços corrigidos, o VBP era de R\$ 32,5 bilhões na safra 2003, caiu para R\$ 31 bilhões em 2004 e chegou a R\$ 25,8 bilhões em 2005. Neste ano, o faturamento da agricultura do Estado deve ser de pouco mais de R\$ 24 bilhões. “No centro de tudo está o produtor rural, que vem tendo prejuízos contínuos seja por problemas climáticos, seja por causa da política cambial. Os agricultores precisam recuperar a sua renda para poder voltar a produzir como há três ou quatro anos”, enfatiza.

Para o presidente da Faep, é preciso atuar com uma estratégia firme nos setores de infra-estrutura, pesquisa e extensão rural. “Ampliar os investimentos nestes setores é fundamental para que o Paraná e o país possam desenvolver novas tecnologias e aumentar a competitividade, tanto no mercado interno como no externo”, conclui Meneguette.

# Atendimento em todos os municípios do Paraná

Em 2007, o trabalho de descentralização e expansão dos serviços do Sistema Fecomércio (Federação do Comércio do Estado do Paraná) será decisivo para que o objetivo de atender a todos os municípios do Paraná seja atingido. A expectativa é cumprir esta meta até 2008. “O foco do nosso trabalho é a descentralização, chegando principalmente a municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Já em 2007, vamos trabalhar em projetos que atendem regiões como o Vale do Ivaí, Vale do Ribeira e a divisa do Paraná com Santa Catarina”, afirma o presidente Darci Piana. Nessas três regiões, o Fecomércio vai atuar em parceria com o Sesc, Senac, Banco do Brasil, BRDE e Sebrae, envolvendo também Prefeituras e Governo Estadual, buscando a qualificação de mão-de-obra para ampliar as possibilidades de emprego para os trabalhadores. “Procuramos sempre atuar em parcerias com entidades como a Ocepar, num trabalho conjugado e responsável”, enfatiza.

Piana estima em 4% o crescimento do país em 2007. “O clima está favorecendo a agricultura e esperamos que o setor tenha um ano de boa safra, o que trará consequências positivas para todo o Paraná. E aguardamos medidas governamentais que reduzam tributos e melhorem a infra-estrutura do país”, comenta. Para este ano



Darci Piana, presidente do Sistema Fecomércio

também está programada a compra, já no primeiro semestre, de duas carretas para o Senac e de três carretas para o Sesc. No segundo semestre serão mais três ao Senac e três ao Sesc. O objetivo é atingir todos os municípios paranaenses até 2008.

Entre as metas da Federação para 2007, está a decisão de atuar no relacionamento com potenciais parceiros internacionais do comércio. A intenção é abrir conexões de comércio exterior. Já estão planejadas duas viagens ao exterior - China e Índia serão os primeiros países visitados. Será também criada a Câmara de Turismo, que tratará a questão de uma maneira global, buscando ampliar a oferta e a qualidade dos serviços de turismo no Estado. “Também intensificaremos o trabalho junto ao setor de serviços, mão-de-obra e logística”, adianta ele.

Em 2006, na avaliação de Piana, merece destaque a aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. “É um avanço que vai estimular a formalidade, trazer de volta empresas que estavam na informalidade. Outros pontos positivos foram o equilíbrio nas contas externas, que trouxe tranquilidade à balança de pagamentos, e a inflação baixa”, observa. “No lado negativo, o excesso de tributos e os juros altos continuam prejudicando o comércio e todos os demais setores produtivos”, conclui.

# Estratégia para viabilizar o desenvolvimento sustentável

Viabilizar programas e ações que defendam os interesses da indústria paranaense, viabilizando o desenvolvimento sustentável do setor. É a prioridade em 2007 do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). De acordo com o presidente Rodrigo da Rocha Loures, para que os projetos tenham resultados positivos, a Federação traçou uma estratégia: trabalhar simultaneamente quatro dimensões onde precisam acontecer mudanças.

A primeira dimensão é a individual e prevê a formação de um novo estilo de liderança. A segunda é a das organizações humanas. A direção da Fiep avalia que são necessários novos modelos organizacionais, que se contraponham ao modelo mecanicista dominante. Através da Unindus – Universidade da Indústria, o Sistema Fiep atua para o desenvolvimento das pessoas e de suas organizações de negócios.

A terceira dimensão, segundo Rocha Loures, diz respeito ao contexto sociopolítico, já que é necessário ter espaços e estímulo para que essa nova consciência individual e empresarial possa se manifestar e crescer. Nessa linha de atuação, a Fiep promoveu, em conjunto com o Sistema Ocepar, a RPC, entre outras entidades e empresas, o Fórum Futuro 10, que mobilizou mais de 5 mil lideranças para construir uma visão de futuro para o Paraná, e implantou os programas 8 Jeitos de Mudar o Mundo, para antecipar o alcance dos 8 objetivos do milênio, e Rede de Participação Política do Empresariado.

A Rede de Participação Política do Empresariado



Rodrigo da Rocha Loures, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep)

([www.redeempresarial.org.br](http://www.redeempresarial.org.br)), iniciativa lançada em 2006 pela Fiep e pela Faciap, começa a funcionar como base para a interação entre o setor produtivo e os novos governantes e parlamentares eleitos. A Rede terá o papel de monitorar e acompanhar o trabalho de todos os eleitos e também vai aproximar os novos deputados estaduais e federais dos industriais paranaenses, além de promover fóruns de debate e cursos de formação política abertos a toda a sociedade.

Para acompanhar os resultados de todas essas ações, foi instalado o Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade (Orbis). A criação de mecanismos apropriados de monitoramento do progresso é a quarta dimensão trabalhada no Paraná em benefício do desenvolvimento sustentável.

A atividade industrial do Paraná representa atualmente cerca de 40% da produção e impacta positivamente as atividades agrícolas, o comércio, os serviços e a economia como um todo. “Estamos convencidos de que não somente o país precisa de uma política industrial acoplada a um projeto de nação para não ser arrastado por interesses econômicos internacionais, como as instâncias de poder estaduais e municipais devem mobilizar suas vontades políticas para impulsionar todas as suas potencialidades humanas e econômicas”, comenta Rocha Loures.

“O Brasil dispõe de abundantes riquezas naturais, enorme potencial humano, capacitação profissional e espírito empreendedor, entretanto, necessita também de projetos estaduais e regionais que garantam um desenvolvimento sustentável”, finaliza. ■

**Koslovski: crise exigiu das cooperativas e da Ocepar um trabalho constante na busca de alternativas para o endividamento rural e a viabilidade na venda das safras**

# Cooperativas

## do Paraná faturam R\$ 16,5 bilhões

A posição desfavorável do câmbio, com o real ainda supervalorizado frente à moeda americana, problemas climáticos, como a falta de chuvas na safra de verão – que prejudicou as culturas de soja, milho, algodão e arroz – e geadas fortes na safra de inverno – que atingiram as lavouras de trigo – foram decisivos para que o sistema cooperativista não apresentasse crescimento no seu faturamento e mantivesse o mesmo resultado do ano anterior, ou seja, R\$ 16,5 bilhões. A quebra das safras de verão de 2005 e de 2006, somada à da safra de inverno de 2006, foi responsável por uma perda de 13 milhões de toneladas de grãos no Paraná, o equivalente a R\$ 4 bilhões de reais.

Para o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, a crise exigiu das cooperativas brasileiras e, em especial da Ocepar, um trabalho constante na busca de alternativas para o endividamento rural e a viabilidade na venda das safras. “Na defesa dos interesses das cooperativas e de seus associados, o Sistema Ocepar, juntamente com outras entidades, trabalhou por soluções para o grave problema”.

Segundo Koslovski, as negociações

junto ao governo, desde janeiro de 2006, permitiram aos cooperados a prorrogação do pagamento da parcela das dívidas de crédito rural da safra 2004/05, que venceram em 2005 e parte das dívidas de custeio da safra 2005/06. Também foi permitida a renegociação da parcela das dívidas de investimento que venceu em 2006. O governo permitiu, ainda, o refinanciamento das parcelas das dívidas do Plano Especial de Saneamento de Ativos (PESA), da Securitização e do Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias (Recoop) vencidas em 2005 e vencidas ou vincendas em 2006. “Para os produtores rurais que tinham dívidas junto aos fornecedores de insumos, o governo criou uma linha de crédito para que os mesmos renegociassem seus débitos para pagamento em até cinco anos”, relata. “Mas, a incerteza somente desaparecerá quando o governo implementar as medidas estruturantes reivindicadas pelos produtores brasileiros”, prossegue.

De acordo com o dirigente, o presidente Lula, pessoalmente, atendeu parte das reivindicações do setor, depois de reunião que aconteceu em agosto deste ano, na cidade de Foz do Iguaçu, quando fo-

**Mesmo num ano de crise, devido a diversos fatores conjunturais e climáticos, o setor conseguiu manter o mesmo resultado de 2005**

ram apresentados, por lideranças da Ocepar, OCB e cooperativas do Paraná, os principais pleitos dos diversos ramos cooperativistas. “Daquela pauta, muitas reivindicações foram atendidas de forma plena ou parcial e outras estão sendo negociadas. No Congresso Nacional, o trabalho de negociação foi intenso e o apoio dos 235 parlamentares que compõem a Frente Parlamentar Cooperativista (Frencoop) mostrou-se imprescindível para que fossem solucionadas inúmeras questões e pendências”.

**Avanços**—Mas, apesar das dificuldades, o trabalho e a dedicação dos 2,1 milhões de paranaenses que integram o cooperativismo em nosso Estado trouxe importantes avanços em diversas áreas, com benefícios diretos aos cooperados, familiares, colaboradores e a sociedade.

Hoje existem no Paraná 228 cooperativas que agregam mais de 407 mil cooperados, com uma movimentação econômica que representa 16,5% do Produto Interno Bruto do Paraná. O cooperativismo gera mais de 773 mil postos de trabalho. “Os investimentos realizados pelas cooperativas em 2006 atingiram R\$ 790 milhões, dos quais 80% voltados ao pro-

cesso de agroindustrialização e 20% em infra-estrutura.”

Na área de treinamento e capacitação, através do Sescop-PR (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), braço importante do sistema na formação, monitoramento e promoção social, foram realizados 2.372 eventos com mais de 103 mil participantes. “Cooperados, familiares, dirigentes e colaboradores receberam algum tipo de curso, treinamento ou orientação de aperfeiçoamento profissional”, lembra o presidente da Ocepar, destacando que não se trata apenas de formação técnica, mas de valorização pessoal.

Para 2007, Koslovski prevê que essas ações serão ampliadas. Segundo o dirigente, o setor calcula um crescimento de aproximadamente 10% em suas receitas. As exportações vão aumentar, podendo chegar em 15% do faturamento, para isso as cooperativas pretendem investir cerca de R\$ 800 milhões em 2007, maior parte em agroindústrias e infra-estrutura.

Em relação às ações do Sescop-PR, Koslovski informa que também serão intensificados os trabalhos de preparação dos cooperados, familiares e colaboradores, com a realização de um maior número de eventos e de pessoas treinadas.

Neste ano, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro teve um desempenho negativo em relação ao ano de 2005, que já havia apresentado menor crescimento em relação ao ano anterior. Em 2004, o PIB foi de R\$ 563,89 bilhões, em 2005, de R\$ 537,63 bilhões e a última estimativa para 2006 é de uma queda para R\$ 534,77 bilhões.

Os resultados do PIB da agropecuária não são diferentes. A queda neste ano deve fechar em cerca de 3% em relação a 2005. O PIB da agropecuária em 2004 foi de R\$ 169,65 bilhões; em 2005 foi de R\$ 153,04 bilhões e a última estimativa para 2006 é de R\$ 148,32 bilhões. O ritmo de crescimento das exportações do agronegócio, embora positivo, é inferior ao crescimento das exportações globais do país, sendo que a participação do setor nas exportações brasileiras caiu de 37,2% em 2005 para 36,1% em 2006.

As reduções da participação da agro-



**Ações de qualificação e treinamento do Sescop-PR, voltadas a cooperados, familiares e colaboradores tiveram forte expansão em 2006**

pecuária e do agronegócio na economia brasileira se devem, em grande parte, à valorização do real frente ao dólar americano, à queda dos preços nos mercados internacional e interno e à quebra de safra ocorrida nas duas últimas temporadas. Se somarmos a quebra da safra 2004/2005 (18 milhões de toneladas) com a 2005/2006 (5 milhões de toneladas), o setor acumula uma redução de mais de 23 milhões de toneladas, o que equivale quase a uma safra de grãos do Paraná.

O presidente da Ocepar cita avanços viabilizados em 2006, como as mudanças tributárias, especialmente para o algodão, produtos da cesta básica e créditos de ICMS nos insumos utilizados no transporte. Também o trabalho conjunto com os órgãos ambientais, na discussão de medidas relacionadas a questões florestais e de controle da emissão de particulados pelos secadores e máquinas de limpeza. “As ações coordenadas pela Ocepar têm procurado, a todo o momento, o equilíbrio das ações e o desenvolvimento sustentável das atividades”, enfatiza Koslovski.

Outros ramos do cooperativismo também marcaram presença e registraram uma participação importante na promoção econômica e social do Estado. Os recursos administrados pelas 65 cooperativas de crédito (rurais e urbanas), por exemplo, ultrapassaram R\$ 1,5 bilhão, atingindo mais de 270 mil cooperados. Não diferente foi o expressivo trabalho realizado pelas cooperativas da área da saúde, que atenderam em todo o Estado mais de 1 milhão de usuários, através do trabalho realizado por mais de 11 mil profissionais cooperados a este ramo. Cooperativas de infra-estrutura, educacional, trabalho, consumo, produção, transporte, mineral e turismo e lazer, empresas genuinamente paranaenses, que dinamizam toda a economia local e regional. Fortes aliadas no desenvolvimento do Paraná, gerando emprego, distribuindo renda e promovendo o bem-estar das pessoas. ■

**Resultados do Sistema Cooperativista**

**R\$ 16,5 bilhões**  
de faturamento em 2006\*

**R\$ 790 milhões**  
em investimentos

**407 mil**  
cooperados

**773 mil**  
empregos no campo e na cidade

\* Estimativa

# Exportações das cooperativas crescem 25%

## Carne, álcool, açúcar e milho impulsionaram resultados do setor cooperativista no Paraná

As cooperativas do Paraná ampliaram em cerca de 25% as exportações em 2006. Os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC/SECEX), avaliados pela Gerência Técnica da Ocepar, resultaram em elevação de US\$ 170 milhões no faturamento com as vendas externas, fechando o ano em US\$ 853 milhões. Os principais itens da pauta comercial no Estado continuam sendo o complexo soja, o setor de carnes e o sucroalcooleiro, álcool e açúcar, acompanhados neste ano por uma forte participação do milho. O crescimento dos embarques do sistema cooperativista paranaense acompanha o resultado das cooperativas brasileiras, que em 2006 exportaram US\$ 2,83 bilhões, uma alta de 25,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. É um desempenho superior ao total do agronegócio do Brasil, que aumentou em 13,4% suas exportações em 2006.

De acordo com o analista técnico e econômico da Ocepar, Robson Mafioletti, a pauta das exportações das cooperativas do Paraná apresenta algumas mudanças positivas, com o aumento da participação de produtos com maior valor agregado. “Embora o complexo soja siga

sendo o principal item, ganham espaço no comércio internacional as vendas do segmento carnes, principalmente frango e suínos”, observa. “São produtos processados por uma agroindústria que gera cerca de 20 mil empregos diretos nas cooperativas do Paraná. É o resultado dos investimentos em diversificação realizados pelo setor”, salienta.

Diversificação que também deve ser acentuada pela crescente participação do setor sucroalcooleiro e de frutas e sucos. “São itens que tendem a ganhar espaço na pauta de exportações do Paraná”, indica.

**Câmbio** – Embora a valorização do real frente ao dólar prejudique a competitividade do agronegócio, as exportações do setor continuam em expansão. “O segmento está respondendo a uma forte demanda mundial. A sustentabilidade da agropecuária do país depende do mercado internacional. Mas o desempenho em alta acaba criando uma contradição, na medida em que o fluxo de dólares gerados pelas vendas impede a valorização do câmbio”, avalia Mafioletti. No entanto, o comércio externo é mais dinâmico e tem menos oscilação de preços e escala do que o interno, e muitas atividades se desenvolveram voltadas ao mercado global. “No complexo soja, cerca de 70% da produção nacional é destinada à exportação.”

**Setor fundamental para o Brasil** – O saldo da balança comercial brasileira em



2006 foi de US\$ 46,07 bilhões. O agronegócio respondeu por 93% deste total, com resultado positivo de US\$ 42,73 bilhões. Apesar das margens de lucratividade reduzidas, o setor teve um desempenho recorde nas exportações, com vendas que totalizaram US\$ 49,42 bilhões, alta de 13,4% em relação a 2005. As importações fecharam em US\$ 6,69 bilhões, elevação de 31% em comparação ao ano anterior. “Mesmo com o aumento, o agronegócio é o setor com o menor percentual de importações em comparação às exportações. O saldo positivo do segmento teve alta de 11% em relação a 2005”, conclui Mafioletti. ■



**Frigorífico de suínos da Coopavel, no Oeste do Paraná: cooperativas ampliam vendas externas no setor carnes**

# Desempenho no comércio mundial

**US\$ 2,83 bilhões**

Exportações das cooperativas do País

**17%**

Crescimento em comparação a 2005

**US\$ 853 milhões**

Exportações das cooperativas do Paraná

**US\$ 91,39**

bilhões Importação total do Brasil

**US\$ 46,07 bilhões**

Saldo da balança comercial do Brasil

**25%**

Crescimento médio das vendas externas em comparação a 2005

**20%**

Crescimento do saldo em comparação a 2005

**US\$ 49,42 bilhões**

Exportações do agronegócio

**18,8%**

Participação do complexo soja no total das exportações do agronegócio

**US\$ 6,69 bilhões**

Importações do agronegócio

**17,5%**

Participação do setor carnes no total das exportações do agronegócio

**US\$ 42,73 bilhões**

Saldo positivo da balança comercial do agronegócio

**11%**

Crescimento do saldo em comparação a 2005

**15,9%**

Participação do setor florestal no total das exportações do agronegócio

**93%**

Participação do agronegócio no saldo da balança comercial do Brasil

**15,7%**

Participação do setor sucroalcooleiro no total das exportações do agronegócio

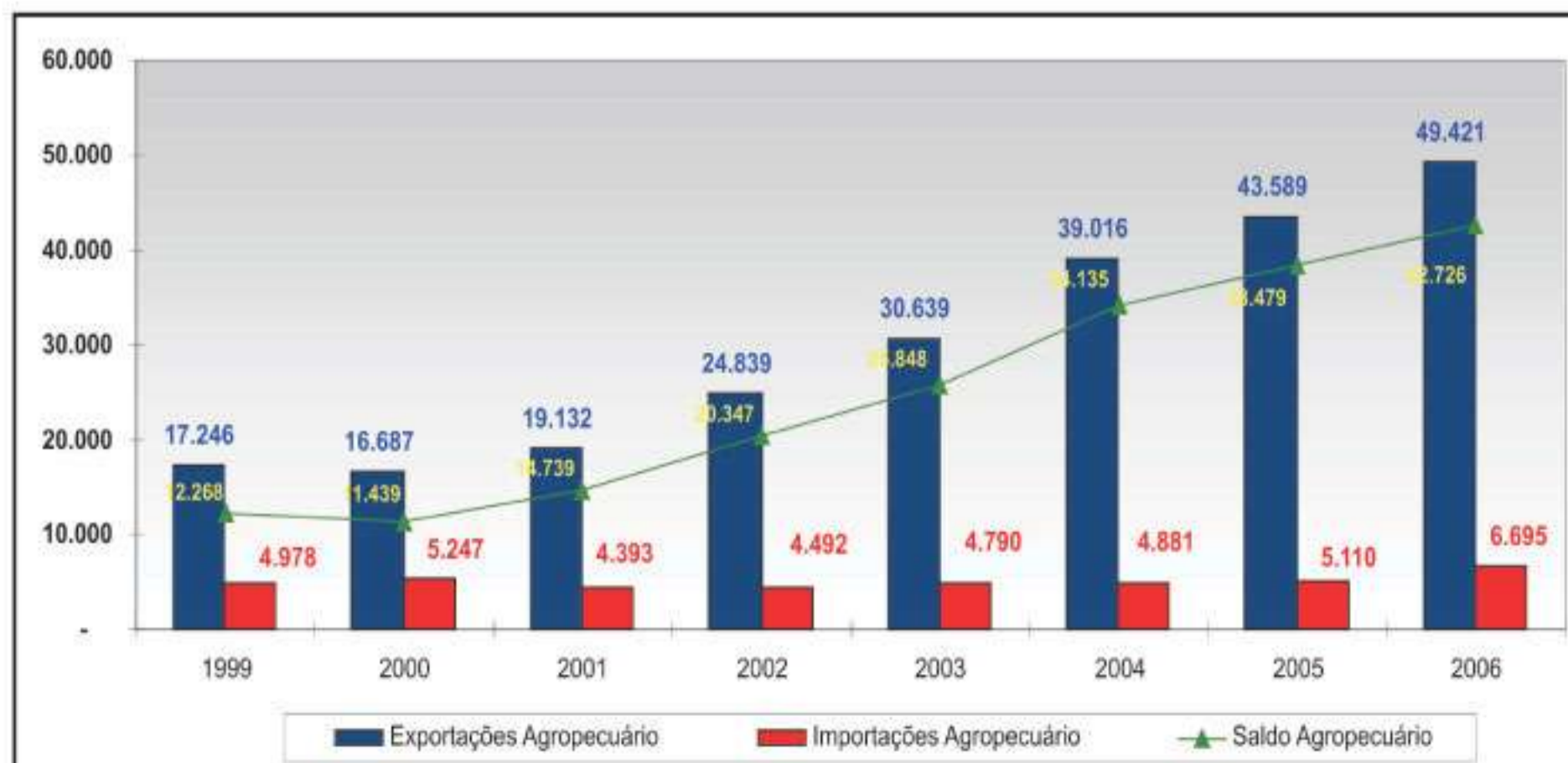
**US\$ 137,47 bilhões**

Exportação total do Brasil

## Evolução da balança comercial do agronegócio brasileiro

(1999 a 2006) – em milhões de US\$

De acordo com o gráfico ao lado, as exportações do agronegócio de 1999 a 2006 cresceram 186,5%, enquanto as importações cresceram 34,5%. Deste modo, o saldo da balança comercial do agronegócio cresceu 248%.



# Paraná

Estudo da Ocepar estima custos das obras de infraestrutura consideradas essenciais para o desenvolvimento do Estado

## precisa investir R\$ 5,8 bilhões

**P**ara ampliar e modernizar a infraestrutura paranaense é preciso viabilizar investimentos de R\$ 5,8 bilhões. É o montante de recursos necessário para eliminar os principais gargalos logísticos do Estado, realizando um trabalho de recuperação e expansão em ferrovias, rodovias, portos, aeroportos e no setor de energia. Estudo elaborado pelo Sistema Ocepar listou obras consideradas fundamentais para a melhoria da competitividade do Paraná. A concretização destes projetos representaria um salto de qualidade que traria novas oportunidades de desenvolvimento, renda e emprego.

“É preciso definir com urgência um planejamento estratégico para buscar recursos e melhorar a infraestrutura do Estado. Os setores produtivos, que fazem um grande esforço de conquista e manutenção de mercados, acabam perdendo potencial competitivo em função do alto custo gerado pela ineficiência logística”, afirma o superintendente adjunto do Sistema Ocepar, Nelson Costa. “O estudo sobre infraestrutura teve por objetivo selecionar as obras prioritárias e estimar o montante de recursos necessários para a viabilização de cada

um dos projetos”, explica.

Entre as inúmeras obras relacionadas, destacam-se a construção de uma segunda via férrea no trecho que liga Curitiba a Paranaguá, a conclusão do anel rodoviário da capital, e a construção da terceira pista do Aeroporto Afonso Pena, do contorno ferroviário de Curitiba e do Porto de Pontal do Paraná. “Para ampliar e recuperar a malha ferroviária é preciso investir cerca de R\$ 2,1 bilhões. Nas rodovias, o montante chega a cerca de R\$ 1 bilhão. O longo período de estagnação dos investimentos em infraestrutura gerou um gargalo logístico que coloca em risco os planos de desenvolvimento do Estado”, afirma Costa. “Esse é um problema que afeta o país todo. Se o crescimento da economia brasileira tivesse sido maior nos últimos anos, já teríamos passado por um “apagão logístico”, com o colapso dos transportes e do escoamento da nossa produção”, observa. Além de uma estimativa de custos para projetos de energia, o estudo da Ocepar relaciona 30 obras logísticas prioritárias no Paraná.

O desafio é definir prioridades e buscar os recursos necessários para os novos empreendimentos. “Os projetos de-

mandam investimentos altíssimos e o poder público não tem condições para viabilizá-los. As Parcerias Público-Privadas (PPP) são fundamentais para a realização destas obras”, enfatiza. Com o objetivo de atrair investimentos, a Parceria Público-Privada foi instituída pela Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004. É um contrato administrativo de concessão de obras ou serviços públicos que poderá ser firmado entre o governo, nas esferas federal, estadual e municipal, e a iniciativa privada. Mas, as PPP’s ainda não decolaram. Esbarram na falta de um marco regulatório que garanta segurança aos investidores. “O governo e o Congresso Nacional devem definir regras claras e precisas para atrair o investimento do capital privado e, sobretudo, garantir os interesses dos usuários. As parcerias devem contemplar com equilíbrio as várias partes envolvidas, evitando distorções como as que ocorreram no processo de concessão das rodovias federais no Paraná”, adverte. “Deve existir um verdadeiro esforço dos governos e dos empresários no sentido de melhorar a infraestrutura e reduzir os entraves ao desenvolvimento”, conclui Costa.



**Competitividade dos  
setores produtivos  
depende da melhoria da  
logística de transportes**

# PAC contempla seis projetos logísticos no PR

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) contempla, de forma integral, apenas três obras consideradas prioritárias para o Paraná: a pavimentação, na chamada Rodovia Transbrasiliana, do trecho que liga Ventania a Alto do Amparo (BR-153), a ligação ferroviária entre Guarapuava e Ipiranga e a adequação do Contorno Leste de Curitiba (BR-116). Outros dois projetos, se implementados, atendem de maneira parcial às reivindicações do setor produtivo. É o caso da ampliação da pista e do terminal de cargas do Aeroporto Afonso Pena e da construção e recuperação de berços de atracação no Porto de Paranaguá. O Programa prevê ainda a construção de uma segunda ponte internacional sobre o Rio Paraná, em Foz do Iguaçu.

Do montante total de recursos do PAC, a região Sul receberá somente 7,44%, o que equivale a R\$ 37,5 bilhões. Para obras de infra-estrutura logística – rodovias, fer-

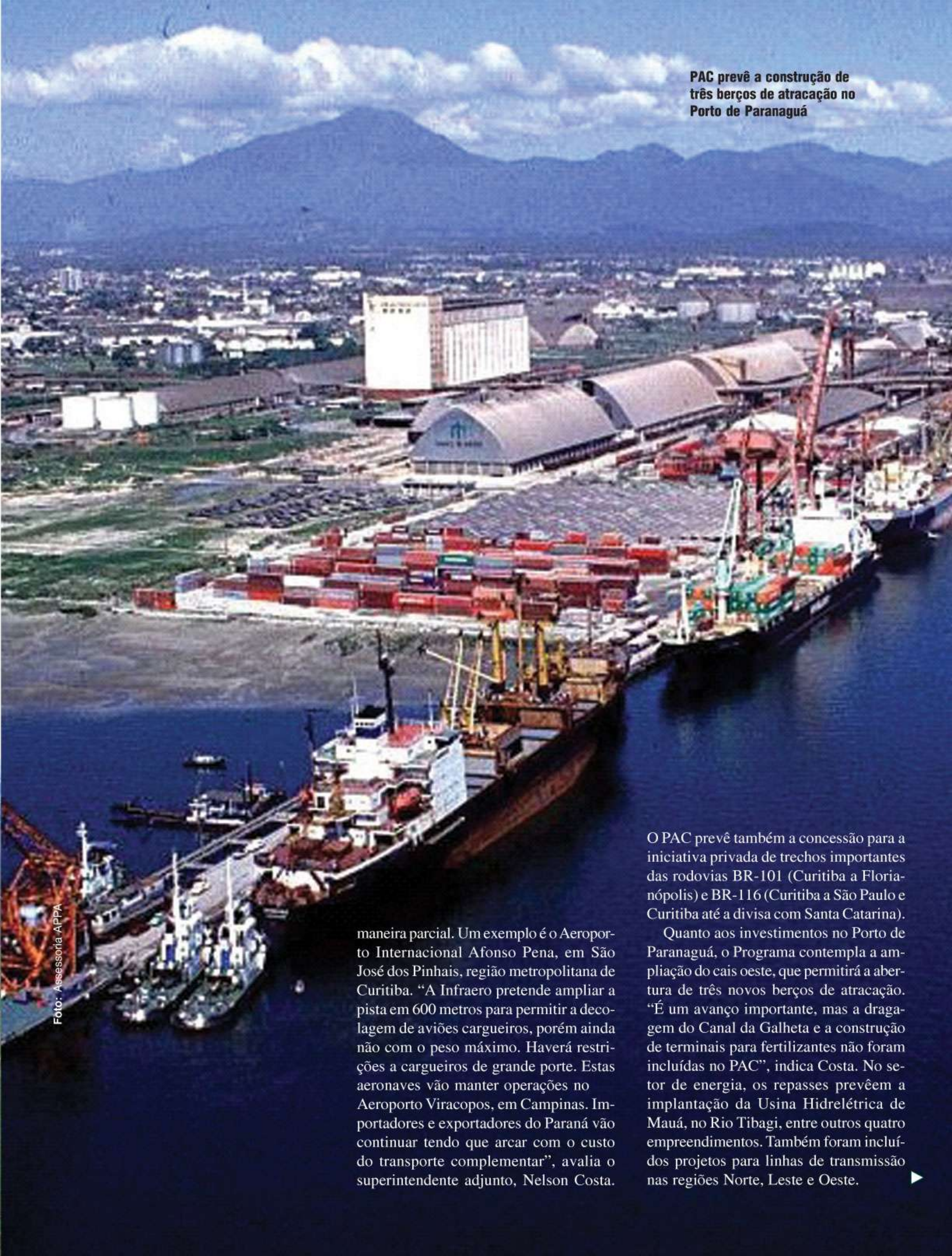
rovias e portos – vão ser repassados R\$ 3,9 bilhões até 2010. Outros R\$ 600 milhões serão destinados à recuperação e ampliação de aeroportos. O Programa de Aceleração do Crescimento, segundo o Governo Federal, vai gerar investimentos superiores a R\$ 503 bilhões nos próximos quatro anos.

De acordo com o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, investir em infra-estrutura é condição fundamental para garantir o desenvolvimento do país. “Se saírem do papel, as medidas do PAC terão impactos positivos sobre todos os setores produtivos”, destaca. “Melhores ferrovias, rodovias, portos, alternativas energéticas, certamente estas obras vão reduzir o custo Brasil, ampliando nossa competitividade em várias áreas. O exemplo clássico neste campo é a dificuldade vivenciada pelo setor primário, que tem alta competitividade para dentro da porteira e perde esta condição

quando o produto sai da porteira”, compara. Koslovski afirma que o plano é um avanço, mas entende que ajustes são necessários para que os projetos sejam concretizados e possam ter maior abrangência. “O agronegócio não foi contemplado com nenhuma medida de destaque”, observa, acrescentando que as discussões sobre estratégias para o crescimento devem continuar. “É preciso tornar claro como serão viabilizados os recursos e de que forma serão implementados os novos projetos. Com indefinições sobre a regulação dos contratos, como vai funcionar a parceria entre governos e iniciativa privada? É uma questão que precisa ser esclarecida com rapidez”, alerta.

Apesar da inclusão de alguns projetos considerados prioritários para a infra-estrutura do Estado, a maioria das obras citadas no estudo da Ocepar ficou de fora do PAC ou será contemplada de





**PAC prevê a construção de três berços de atracação no Porto de Paranaguá**

maneira parcial. Um exemplo é o Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba. “A Infraero pretende ampliar a pista em 600 metros para permitir a decolagem de aviões cargueiros, porém ainda não com o peso máximo. Haverá restrições a cargueiros de grande porte. Estas aeronaves vão manter operações no Aeroporto Viracopos, em Campinas. Importadores e exportadores do Paraná vão continuar tendo que arcar com o custo do transporte complementar”, avalia o superintendente adjunto, Nelson Costa.

O PAC prevê também a concessão para a iniciativa privada de trechos importantes das rodovias BR-101 (Curitiba a Florianópolis) e BR-116 (Curitiba a São Paulo e Curitiba até a divisa com Santa Catarina).

Quanto aos investimentos no Porto de Paranaguá, o Programa contempla a ampliação do cais oeste, que permitirá a abertura de três novos berços de atracação. “É um avanço importante, mas a dragagem do Canal da Galheta e a construção de terminais para fertilizantes não foram incluídas no PAC”, indica Costa. No setor de energia, os repasses prevêem a implantação da Usina Hidrelétrica de Mauá, no Rio Tibagi, entre outros quatro empreendimentos. Também foram incluídos projetos para linhas de transmissão nas regiões Norte, Leste e Oeste. ▶

**Modal rodoviário: Caminhões transportam a maior parte da safra de grãos do Paraná**



## Economia e competitividade

Um projeto de infra-estrutura tem inúmeros impactos econômicos. A pavimentação de uma rodovia ou a construção de uma linha ferroviária pode mudar a realidade de uma região. Para setores como o agronegócio, que tem forte atuação no mercado internacional e precisa escoar a produção até os portos, a competitividade está atrelada diretamente ao potencial logístico que dispõem. Um caso exemplar ocorre no Noroeste do Paraná: somente no transporte de soja e milho, a construção da ferrovia Campo Mourão-Jussara traria uma economia anual de R\$ 16,5 milhões. O cálculo, realizado pela Gerência Técnica da Ocepar, considera o potencial produtivo da re-

gião, que é de 1 milhão de toneladas de soja e 500 mil toneladas de milho. Não foram contabilizados os transportes de farelo, óleo e insumos. Hoje, a maioria da produção do Noroeste é enviada aos portos de Paranaguá (PR) e São Francisco (SC) através do modal rodoviário. “Para a região, o frete ferroviário representaria uma economia média de 20%. O impacto do custo de transporte cairia de 17% para 14% no milho (considerando o preço final de mercado do produto). Na soja, de 10% para 8%”, explica o gerente técnico e econômico da Ocepar, Flavio Turra.

O trecho que liga Jussara a Campo Mourão tem cerca de 80 km. De acordo com o estudo da Ocepar, a obra está esti-

mada em R\$ 213 milhões. O município de Campo Mourão concentra a maior parte dos recebimentos de grãos da região. “O frete rodoviário é caro e tem um impacto excessivo em relação ao preço final dos produtos, principalmente sobre o milho, que tem uma cotação menor. Com certeza, se tivéssemos opção, daríamos prioridade ao transporte ferroviário”, afirma Rogério de Mello, gerente de *commodities* da Coamo. Segundo ele, em 2006, a cooperativa enviou aos portos cerca de 480 mil toneladas de soja, o que equivale a quase a metade do potencial produtivo da região. “Cerca de 90% são escoados através de caminhões”, finaliza.



# Corredor ferroviário do Oeste

A ampliação da capacidade do corredor ferroviário do Oeste, uma das obras contempladas pelo PAC, depende da construção da ligação entre Guarapuaça e Ipiranga, na região dos Campos Gerais. A conclusão deste projeto faria

o volume de captação de cargas saltar de 2 milhões para 10 milhões de toneladas. A informação é da ALL (América Latina Logística), empresa que detém a concessão do trecho. Segundo informações da assessoria de imprensa da ALL,

a empresa tem interesse em participar de uma Parceria Público-Privada que viabilize a construção da ferrovia. São 138 km, a um custo de R\$ 500 milhões. Obra que demoraria cerca de dois anos para ser concluída. ▶

## Unidade Industrial de Milho

Da canjica ao óleo bruto, a mesma origem, a mesma qualidade.



**UIM**



**INTEGRADA**  
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

[www.integrada.coop.br](http://www.integrada.coop.br)

A Unidade Industrial de Milho da Integrada (UIM) processa 12 mil toneladas de milho por mês em 20 produtos que abastecem as principais indústrias alimentícias do País, além de produzir matéria-prima para indústrias de rações e óleo bruto de milho para exportação. São duas indústrias, em Andirá e Cambará, que geram empregos e desenvolvimento para o norte pioneiro do Estado e agregam valor à produção agrícola dos cooperados. Com a UIM, a Integrada participa de toda a cadeia produtiva do milho, do plantio à industrialização, e incentiva a rotação de culturas na agricultura paranaense

# Infra-estrutura volta a ser prioridade nacional

Com o lançamento do PAC, o Governo Federal pretende voltar a ser o indutor principal dos grandes projetos de infra-estrutura. No discurso de apresentação do Programa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou que o desafio do segundo mandato será “romper barreiras e superar limites”. “Precisamos acelerar com firmeza e na hora certa. E não podemos ter medo de aumentar a velocidade”, disse. Lula explicou que o PAC engloba um conjunto de medidas destinadas a desonerar e incentivar a iniciativa privada, aumentar os investimentos públicos e aperfeiçoar a política fiscal. “A minha intenção é estimular todos os setores a participar do crescimento. Não pode ser uma medida isolada do governo”, afirmou.

O retorno do tema infra-estrutura à agenda do Planalto acontece num momento crucial. Há consenso entre especialistas de que o colapso logístico só não aconteceu em razão do baixo índice de crescimento do país. A deterioração de rodovias, ferrovias e portos é um obstáculo ao desenvolvimento. De acordo com o coordenador do curso de Economia da Unifae, professor Gilmar Lourenço, por várias décadas o modelo de desenvolvimento do Brasil manteve-se totalmente dependente dos investimentos estatais. Foi assim com os planos dos presidentes Juscelino Kubitschek (1956-61) e Ernesto Geisel (1974-79), por exemplo, que deram forte impulso à logística de transporte nacional. Mas, a partir dos anos 80, sobreveio a crise econômica, com o endividamento externo e interno, a inflação e a recessão. A máquina esta-

tal ficou pesada e lenta. Os investimentos em infra-estrutura deram vez aos elevados repasses do governo ao mercado financeiro, para a rolagem de uma dívida pública que desde então não parou de crescer e hoje é superior a R\$ 1 trilhão. “O Brasil gasta anualmente R\$ 170 bilhões com o pagamento de juros da dívida pública, principalmente do endividamento interno. É o equivalente a 8% do PIB (Produto Interno Bruto). Estes recursos, que poderiam financiar obras de infra-estrutura, acabam sustentando a especulação financeira, na forma de títulos públicos, num círculo vicioso extremamente prejudicial ao país”, analisa.

Para Lourenço, a saída está na redu-

ção de juros e na desoneração fiscal, que desestimulariam o capital especulativo e poderiam impulsionar os investimentos em infra-estrutura. “As medidas do PAC estão na direção correta, mas faltaram itens importantes como despesas públicas e reforma tributária”, questiona. “No que diz respeito à logística, a participação do Estado como indutor dos grandes projetos é decisiva. Imaginar que a iniciativa privada vai iniciar e liderar investimentos em infra-estrutura é contrariar uma lógica econômica elementar: as empresas buscam a máxima rentabilidade no menor tempo possível. Em projetos de retorno a longo prazo, o governo precisa sair na frente, definir as





tante em até dez anos, como ocorre no Brasil, por falta de uma legislação regulatória adequada”, reclama.

**Paraná** – Na análise de Lourenço, assim como todo o país, o Paraná também sofre com a falta de investimentos em logística de transportes. “A infra-estrutura, que nos anos 70 foi decisiva para atrair novos empreendimentos, hoje é um fator restritivo à expansão econômica paranaense”, avalia. Segundo o professor, a experiência do Estado demonstra a importância da definição de regras claras para o processo de parceria entre governo e iniciativa privada, que garantam os direitos dos investidores e também dos usuários. “No fim dos anos 90 tentou-se implantar no Paraná um modelo de investimento que foi uma atitude desesperada de transferir os projetos estatais para o setor privado. Um exemplo foram as concessões das rodovias federais, com a instalação dos pedágios. Sem dúvida, uma privatização desastrosa”, afirma.

Segundo o professor, um marco regulatório consistente e justo é fundamental para que os investimentos se concretizem. “Governo e empresas devem atuar em sintonia, para viabilizar e realizar as obras de infra-estrutura imprescindíveis para o crescimento econômico e social do Paraná e do Brasil”, conclui.

áreas estratégicas e as fontes de financiamento e atrair a participação do capital privado”, indica.

Segundo o professor, apesar de ser o principal indutor de investimentos, o Estado não tem capacidade financeira para realizar as obras prioritárias ao país sem o apoio da iniciativa privada. “Por isso, é fundamental criar um marco regulatório que demarque o funcionamento das parcerias em projetos de infra-estrutura, cujo retorno em geral acontece em 20 anos ou mais. Não pode haver insegurança jurídica e as regras precisam ser claras, para atrair a participação das empresas e corporações privadas”, afirma. “É inaceitável que uma restrição ambiental atrase uma obra impor-



**Professor Lourenço: juros altos estimulam especulação financeira e afastam investidores dos projetos de infra-estrutura**



# Investimentos de R\$ 87,7 bilhões ao ano para o Brasil

O Brasil precisa investir R\$ 87,7 bilhões ao ano em infraestrutura. É o volume de recursos necessários para reduzir os gargalos logísticos e melhorar o bem-estar da população e a competitividade dos setores produtivos. A estimativa é resultado de estudo realizado pela Abdib (Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústria de Base). Somente para o segmento de transportes, de acordo com as informações da entidade, a demanda anual por investimentos é de R\$ 16,8 bilhões. Em quatro anos, as demandas do setor somariam R\$ 66,4 bilhões. O valor está cerca de R\$ 8 bilhões acima do que o governo pretende investir através do Programa de Aceleração do Crescimento, que destinará R\$ 58,3 bilhões ao setor até 2010.

Segundo o presidente da Abdib, Paulo Godoy, o PAC prevê repasses que vão dobrar

os investimentos em infraestrutura. “Se o programa acontecer, resolverá os gargalos logísticos do país. Dos R\$ 500 bilhões previstos pelo PAC, R\$ 200 bilhões virão da iniciativa privada. É preciso combinar esforços dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário”, afirma.

Depois de décadas de aportes menores que o necessário, o PAC pode mudar o cenário de deterioração da infraestrutura nacional. Levantamento da Abdib mostra que, em 2006, os investimentos atingiram somente 75% do que seria preciso para atender às demandas do ano. As aplicações em projetos do setor de transporte foram de apenas 38% do montante adequado. Mas, apesar da baixa capacidade para investir, a carga tributária do país segue sendo uma das mais altas do mundo, chegando a quase 40% do PIB. “Recursos que deveriam financiar obras

de infraestrutura acabam revertidos ao superávit primário”, reclama o secretário estadual de Transportes do Paraná, Rogério Tizzot. Segundo ele, é o que acontece com a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide) que incide sobre os combustíveis. “O Governo Federal distribui 29% do total arrecadado para estados e municípios. O Paraná recebe cerca de R\$ 100 milhões ao ano, investidos em sua totalidade na recuperação, construção e manutenção das rodovias do Estado”, afirma.

Dados da Abdib demonstram que, do total arrecadado pelo Governo Federal desde a criação da Cide, em 2001, somente 30% foram investidos em infraestrutura de transportes. Nesse período, a contribuição rendeu aos cofres públicos mais de R\$ 30 bilhões. “A participação federal pode ser



**Tizzot: recursos arrecadados com impostos devem ter a destinação adequada**

maior, desde que os recursos dos tributos tenham a destinação adequada”, acredita Tizzot.

Para o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, é preciso que exista um comprometimento das esferas governamentais e da iniciativa privada na condução de um projeto de desenvolvimento para o Brasil. “Não há mais tempo para adiamentos. Os gargalos logísticos são um entrave ao crescimento. Precisamos agir de forma objetiva, cada qual fazendo sua parte, para criar um ambiente seguro e atrativo para os investimentos em infraestrutura, sejam eles privados ou públicos”, conclui.

Um milhão  
de associados:  
mais uma conquista  
do SICREDI que a  
gente faz questão de  
dividir com você.



Alcançar a marca de um milhão de associados dá um certo orgulho. Mas orgulho maior a gente sente todos os dias, trabalhando para que os princípios do cooperativismo ganhem o mundo. Princípios como a adesão voluntária e livre dos associados, a gestão democrática, a participação econômica dos membros, a autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e o interesse em melhorar a qualidade de vida das comunidades onde estamos vêm se multiplicando.

Gente  
que coopera  
cresce.



[www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br)

# As demandas para a infra-estrutura do Paraná

<b>Ferrovias</b>	<b>R\$ 2,1 bilhões</b>
<b>Rodovias</b>	<b>R\$ 956 milhões</b>
<b>Portos</b>	<b>R\$ 645 milhões</b>
<b>Aeroportos</b>	<b>R\$ 90 milhões</b>
<b>Energia</b>	<b>R\$ 2 bilhões</b>
<b>Total</b>	<b>R\$ 5,8 bilhões</b>

Estudo elaborado pelo Sistema Ocepar com base em informações de órgãos públicos dos governos Federal e Estadual e de outras fontes da iniciativa privada

## Ferrovias

### Guarapuava – Ipiranga

O atual traçado da ferrovia, construído há quase um século, representa um gargalo para a integração operacional com o sistema ferroviário do Centro-Sul em função da sua sinuosidade e estado precário da malha ferroviária, onerando os custos de logística, limitando a carga transportada e aumentando o tempo de viagem até Paranaguá. A construção de uma variante entre Guarapuava e Ipiranga, com extensão de 140 quilômetros daria maior velocidade ao transporte de cargas do Corredor do Oeste.

### Ferrovia Cascavel – Foz do Iguaçu

A ligação de Cascavel - Guaíra, de 130 quilômetros, é fundamental para o escoamento da produção do Oeste e Noroeste, viabilizará ainda a criação de um canal de transporte para exportar a produção do Centro-Oeste.

### Ferrovia Cascavel – Foz do Iguaçu

A ligação de Cascavel a Foz do Iguaçu,

de 140 quilômetros, tem como objetivo melhorar as condições de escoamento da produção do Oeste do Estado e abrir um canal ferroviário para exportação da produção do Paraguai.

### Segunda via no trecho Curitiba – Paranaguá

O novo traçado ferroviário é uma demanda estratégica para o escoamento da produção do Estado rumo à zona portuária paranaense, as obras do leito estão em parte concluídas, mas o projeto foi paralisado há muito tempo. A atual estrada de ferro Curitiba – Paranaguá é centenária e não tem condições de ampliar a capacidade de transporte. A nova ferrovia teria 110 quilômetros.

### Contorno ferroviário de Curitiba

Objetiva desviar o tráfego de trens de bairros centrais da cidade, onde existem 82 passagens de nível, permitindo o aumento da velocidade das composições, reduzindo custos e evitando acidentes. O projeto

está concluído, porém está pendente de liberação de licença do meio ambiente.

### Ferrovia Campo Mourão – Jussara

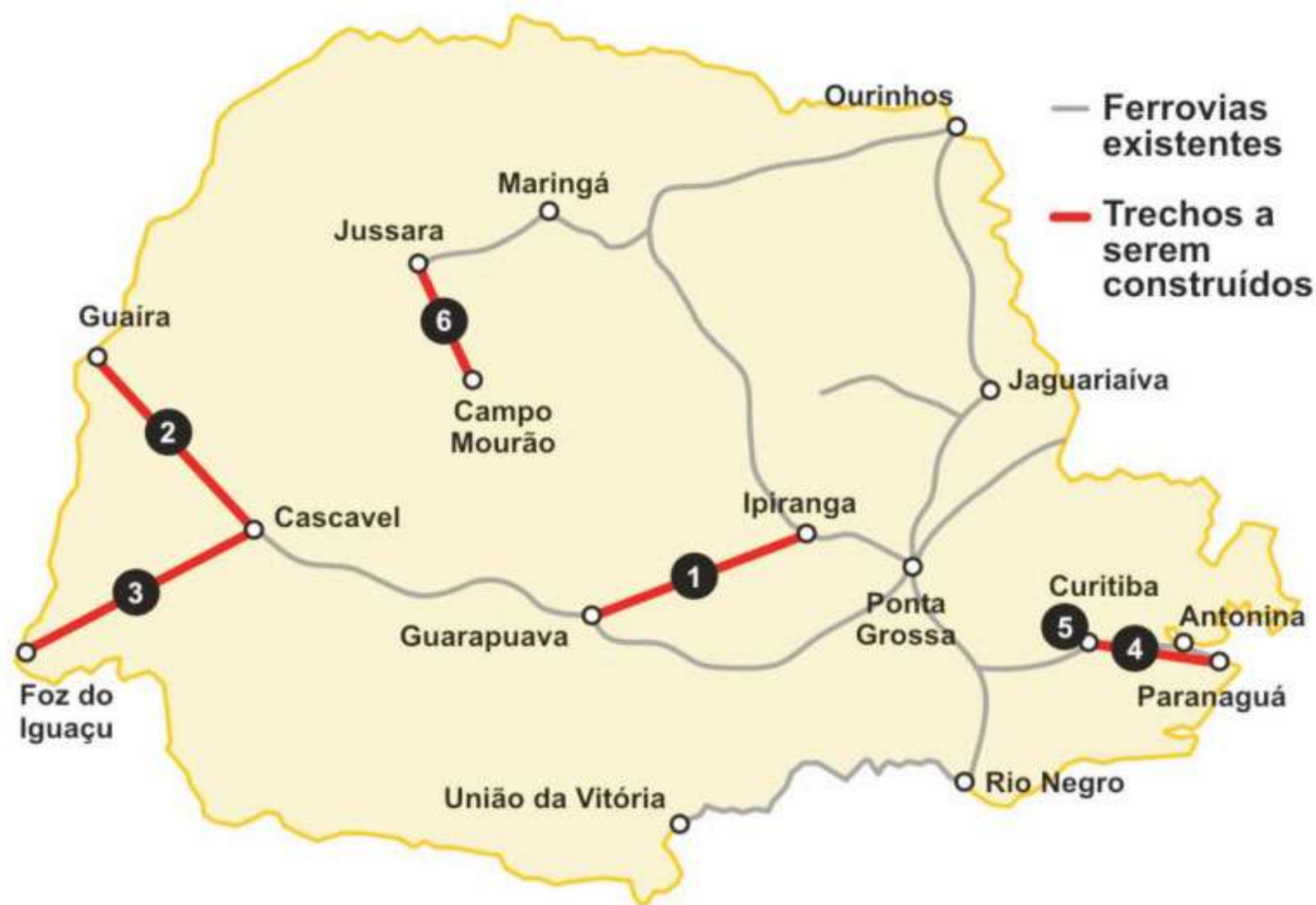
O trecho de 80 quilômetros tem como objetivo proporcionar uma ligação ferroviária para transportar a produção de Noroeste e do Centro do Estado ao Porto de Paranaguá.

### Ligação Ferroviária com Pontal do Paraná (Futuro Porto)

Ligação ferroviária da ferrovia Curitiba – Paranaguá com ramal de Morretes a Pontal do Paraná para acesso ao futuro Porto do Pontal.

### Construção de Terminal Frigorífico em Cascavel

Em vista da ampliação da produção de carnes na região Oeste do Estado, é importante a construção de um terminal frigorífico ferroviário em Cascavel, objetivando a redução dos custos de transportes das carnes para exportação destinadas aos portos do Paraná.



Legenda: 1 - Guarapuava – Ponta Grossa, 2 - Ferrovia Cascavel – Guaíra, 3 - Ferrovia Cascavel – Foz do Iguaçu, 4 - Segunda via da Ferrovia Curitiba – Paranaguá, 5 - Contorno Ferroviário de Curitiba, 6 - Ferrovia Campo Mourão – Jussara

Trecho ferroviário	Total km	Custos estimados R\$/milhões
Guarapuava – Ipiranga	140	500
Cascavel – Guaíra	130	400
Cascavel – Foz do Iguaçu	140	400
Curitiba – Paranaguá	110	450
Contorno Ferroviário de Curitiba	32	120
Campo Mourão – Jussara	80	213
Construção de Terminal Frigorífico em Cascavel		30
Ligação Ferroviária Morretes a Pontal do PR	-	Sem orçamento
<b>Total de custos</b>		<b>2,1 bilhões</b>

Tabela 01- Custos estimados para construção de novos trechos de ferrovias e terminal de frigoríficos – (R\$/milhões)

## Rodovias

### Conclusão do Anel Rodoviário de Curitiba

O término do Contorno Norte irá concluir o Anel Rodoviário de Curitiba, permitindo que o trânsito de caminhões desvie o centro urbano. O Contorno Sul, que faz parte do Anel, necessita de complementação das laterais da rodovia, para facilitar o escoamento da produção da Cidade Industrial de Curitiba. Restauração, com pista dupla, do trecho Contorno Sul (BR-376), na área da Cidade Industrial de Curitiba, com extensão de 14,6 km.

**Restauração do trecho São José dos Pinhais - BR-116, no Contorno Leste (contemplado pelo PAC);** Implantação dos trechos restantes do Contorno Norte, ligando a Rodovia da Uva (PR-417) à BR-116, com passagem para a BR-476 (Es-

trada da Ribeira) e BR-116; Restauração do acesso rodoviário de Curitiba (entre o Contorno Leste e o Trevo do Atuba).

### Término da duplicação da BR-116

Para concluir a duplicação no trecho da BR-116, Curitiba - São Paulo, faltam 28 quilômetros na Serra do Cafezal, em território paulista, cujas obras estão paralisadas por problemas de ordem ambiental. A BR-116 é a mais importante ligação da Região Sul com as demais regiões do país.

### BR-277 - Antonina

A Secretaria de Transporte do Estado do Paraná contratou, no ano de 1998, a elaboração de um estudo de traçados alternativos para acesso aos portos de Paranaguá e Antonina. Dentre os estudos, a ligação da BR-277 com Antonina foi contemplada como alternativa de traça-

do para esta ligação, tendo sido elaborado o EIA/RIMA e o anteprojeto de engenharia. E, em 2001 o DER-PR licitou o projeto final de engenharia sem, no entanto, concluir o processo. A extensão da obra projetada é de 12 km. A estrada tiraria o tráfego de caminhões dos centros de Morretes e de Antonina e facilitaria o acesso aos p

ortos de Antonina e Ponta do Felix.

### BR-487 (Estrada Boiadeira)

A ligação do Estado do Paraná com a região de Mato Grosso, partindo de Campo Mourão, passando por Cruzeiro do Oeste e Icaraíma (ponte do Rio Porto Campo), necessita ser retomada para melhorar a integração do Noroeste paranaense. O trecho entre Campo Mourão e Cruzeiro do Oeste precisa ser asfaltado. ▶

**BR-153 (Transbrasiliana) (Contemplada pelo PAC)**

Com seu traçado cortando o território do Paraná a partir do Norte Pioneiro, a reativação das obras permitirá a conclusão da BR-153, uma importante via de integração nacional, com o único trecho ainda pendente de conclusão. O trecho já foi restaurado em 2006 entre Santo Antonio da Platina e Ibaiti (58,7 km), estando prevista, para 2007, a conclusão do trecho entre Ventania e Alto Amparo, no Centro-Norte do Paraná (82,4 km). Para concluir a rodovia ainda ficará faltando o trecho Amparo – Imbituva, além de melhorias no trecho próximo à União da Vitória.

**Corredor de Transporte do Cerne**

O trecho compreende a Estrada do Cerne, entre Curitiba – Pirai do Sul – Ventania – Jataizinho – Ibiporã – Alvorada do Sul (Porto Capim), com 481 km. Faltam asfaltar 132 km, além de obras de recuperação da rodovia.

**Corredor de Transporte Campo Mourão – Ponta Grossa**

A BR-376 tem uma extensão de 273 km e liga os municípios de Campo Mourão, Iretama, Manoel Ribas, Cândido de Abreu e Reserva. O Estado já investiu R\$ 44,4

milhões na recuperação dessa rodovia, mas são necessários mais R\$ 30 milhões para conclusão das obras.

**Corredor de Transporte Santo Inácio – Foz do Iguaçu**

O corredor de transporte da divisa do Paraná (Santa Inácio) com São Paulo (a 60 km de Presidente Prudente) a Foz do Iguaçu, passando por Maringá, tem 500 km. O Estado já investiu R\$ 44,28 milhões nessa ligação, mas precisa mais R\$ 28,97 para conclusão das obras.

**Corredor de Transporte Porto Leopoldina - Curitiba**

De Porto Leopoldina (Andirá), no Norte Pioneiro, a Curitiba, são 362 km de rodovias que formam o corredor de transporte que passa por Santo Antonio da Platina e Jaguariaíva. Nesse trecho, já foram investidos R\$ 67,41 milhões e são necessários mais R\$ 25 milhões para conclusão das obras.

**Corredor de Transporte Oeste – Sudoeste e Sul**

O corredor compreende o trecho entre Santa Tereza do Oeste – Capitão Leônidas Marques – Santa Izabel do Oeste – Francisco Beltrão – Palmas – Lapa e Curitiba, com extensão de 591,20 km. De vital

importância na ligação Sudoeste ao Centro-Sul e Litoral, esse corredor recebeu R\$ 29,07 milhões em investimentos, mas exige ainda R\$ 30,4 milhões para conclusão das obras. É uma alternativa à rodovia pedagiada entre Foz do Iguaçu e Curitiba, embora tenha um pedágio na Lapa.

**Implantação do Arco Norte**

Contempla várias ligações viárias entre os municípios do entorno de Londrina, incluindo a construção de um aeroporto de cargas para atender à demanda crescente da região. Essa obra formará um importante sistema logístico, para responder às necessidades do pólo agroindustrial da região Norte do Estado.

**Recuperação da malha viária**

Cerca de 2.800 km de rodovias asfaltadas necessitam de recuperação e manutenção. Ainda há as rodovias não pavimentadas, estradas vicinais de extrema importância para o escoamento da produção rural, que demandam investimentos permanentes.

**Acesso à sede de municípios**

A rodovia de acesso à sede municipal ainda não está asfaltada em: Dr. Ulisses (56 km), Coronel Domingos Soares (18,54 km), Diamante do Sul (12,58 km), Mato Rico (25 Km) e Campina do Simão (20 km).

Obras	Km	Custos estimados R\$/milhões
Conclusão do Anel Rodoviário de Curitiba	-	83,5
Término da duplicação da BR-116	60	76,7
Construção da ligação BR-277 - Antonina	12	59,4
Conclusão da BR-487 (Estrada Boiadeira)	100	200
Corredor de transporte Oeste - Sudoeste - Sul	591	30,5
Corredor de transporte do Cerne	132	105
Corredor de transporte C.Mourão - P. Grossa	273	30
Corredor de Transporte Divisa de São Paulo - Foz do Iguaçu	500	28,9
Corredor de transporte Divisa de São Paulo - Norte Pioneiro - Curitiba	363	25
Conclusão da BR-153 (Transbrasiliana)	80	110
Recuperação da malha viária do Estado	2.800	60 em equipamentos 50 por ano/manutenção
Implantação do Arco Norte		s/orç.
Acesso a sedes de municípios	132	97,4
<b>Total</b>		<b>956,5</b>

Fonte: Setr/DER/agentes de mercado, elaboração: Ocepar



## Aeroportos

### Aeroporto Afonso Pena

O projeto para a construção da 3ª pista do aeroporto está pronto, porém o estudo ambiental EIA/Rima ainda não foi liberado por parte do Meio Ambiente. As desapropriações foram realizadas pelo Estado e as áreas repassadas para a União. Ocorre que a Infraero está projetando a ampliação da pista do Aeroporto Afonso Pena em 600 metros, permitindo a decolagem de aviões cargueiros, porém ainda não com o peso máximo (Obra

contemplada pelo PAC). Essa ampliação da pista é importante, mas não prepara o aeroporto para as necessidades do Estado. A impossibilidade da operação com cargueiros de grande porte encarece os custos de exportação de produtos industrializados e importação de peças e equipamentos, pois o aeroporto mais próximo utilizado para esse fim é o de Viracopos, exigindo complementação do transporte.

### Aeroporto Regional do Oeste - Cascavel

A área escolhida é de 166 alqueires,

porém ainda não foi desapropriada.

### Aeroporto de Maringá

O Aeroporto de Maringá é municipal. O município de Maringá criou uma empresa específica, onde sua participação é de cerca de 99% do capital. A demanda regional é pela internacionalização do Aeroporto, ampliação da pista em mais 1.100 metros para chegar a 3.200 metros, com isso a operação com aviões de grande porte poderia ser liberada, e construção de um terminal para cargas.

### Custos estimados de investimentos em aeroportos – R\$/milhões.

Aeroportos	Investimentos
Aeroporto Afonso Pena	45
Aeroporto Regional do Oeste - Cascavel	45
Aeroporto de Maringá	S/orç.
<b>Total</b>	<b>90,0</b>

Fonte: Setr/DER/agentes de mercado, elaboração: Ocepar.

## Portos

### Dragagem do Canal da Galheta

O assoreamento do canal e o aumento do porte dos navios têm apresentado problemas para o acesso à área de evolução e ao cais de atracação. Como consequência dessas restrições de calado no Canal da Galheta, o Porto de Paranaguá é afetado em sua competitividade em relação a outros portos brasileiros.

### Ampliação do cais oeste

A ampliação do cais no sentido oeste, em 820 metros, permitiria a abertura de 3 novos berços de atracação, abreviando com isso o tempo de espera de navios para carga e descarga e, em consequência, reduzindo os custos com o pagamento

de *demurrage* (diária de espera para descarga. Custo pago pelo contratante, importador ou exportador).

### Construção do Porto de Pontal do Paraná

Já há um estudo para a construção de um novo porto em Pontal do Sul, no local conhecido como Ponta do Poço, na entrada da Baía de Paranaguá, onde a Petrobrás mantém um canteiro de obras. A área já é objeto de estudo para extensão de ramal rodoviário a partir do futuro traçado da BR-101. As águas nesse local são as mais profundas da Baía de Paranaguá, o que permitiria receber navios de maior porte.

### Construção dos terminais de fertili-

### zantes em Paranaguá

A importação de fertilizantes pelos portos do Paraná cresceu de 1,18 milhão de toneladas, em 1995, para 5,56 milhões de toneladas, em 2004. No entanto, não foram realizados os investimentos necessários na estrutura, o que tem provocado demora na descarga, com o consequente pagamento de *demurrage* para os navios ancorados ao largo.

### Construção de um novo silo

Construção de um novo silo para 100 mil toneladas para ampliar a capacidade de recepção de produtos. Essa obra consta da programação do Porto de Paranaguá e deverá ser construída pela APPA.

### Custos estimados nos portos do Paraná – R\$/milhões

Obras	Custos estimados – R\$/milhões
Dragagem do Canal da Galheta/ano	15
Ampliação do cais Oeste em Paranaguá	180
Construção dos terminais de fertilizantes	50
Construção do Porto de Pontal do Paraná	400
Construção de um novo silo	S/orç.
<b>Total</b>	<b>645</b>

Fonte: Setr/DER/Appa/agentes de mercado, elaboração: Ocepar

## Energia

### Investimento total necessário para o setor energético do Paraná: R\$ 2 bilhões

#### Elétrica

O Paraná tem ainda um potencial para geração de 4.410 MW, que poderá ser adicionado ao sistema elétrico do Estado. Existem 235 projetos em análise na ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, dos quais, 48 autorizados, mas aguardando quase a totalidade das licenças ambientais.

#### Biodiesel

O refino do biodiesel na Refinaria de Araucária poderá compor um programa de produção de óleo vegetal para biodiesel, com baixos investimentos. Considerando-se que o Paraná tem várias fabricas de esmagamento de oleaginosas paralisadas, a produção de biodiesel em Araucária trará amplos benefícios à economia paranaense.

#### Gás

O Paraná precisa aprofundar os conhecimentos sobre o biogás gerado pela digestão de efluentes orgânicos. A energia do biogás pode muito bem manter as atividades da agroindústria. Para isso, as instituições de pesquisa do Estado devem ampliar seus investimentos nessa fonte de energia limpa.

#### Biomassa

É preciso aproveitar o potencial energético do Paraná que tem como base a produção florestal. O manejo sustentado das áreas florestais, objetivando a produção de matéria-prima para a indústria madeireira e para fins energéticos, ampliará a geração de empregos e a dinamização da economia em regiões mais pobres, de vocação florestal. O incentivo para a

implantação de novos projetos de co-geração de energia, principalmente visando o aproveitamento da biomassa da cana de açúcar, também ampliarão a geração de energia de biomassa.

#### Álcool

A produção de álcool da cana-de-açúcar, tendo como objetivo o aumento da produção de álcool carburante, é um projeto que deve ser incentivado, aproveitando uma das vantagens do clima e solo do Paraná. Das 27 usinas operando no Estado, 8 operam exclusivamente na produção de álcool e 19 são mistas. Outras 3 usinas estão sendo construídas, devendo elevar a produção de álcool para a 1,8 bilhão de litros por ano, além de 2,5 milhões de toneladas de açúcar. Há projetos para construção de 5 novas usinas.

## PAC

### Programa de Aceleração do Crescimento

Governo prevê investimentos de **R\$ 503,9 bilhões** até 2010. Estatais federais e setor privado participariam com 86,5% dos recursos e o restante viria do Orçamento federal

#### INFRA-ESTRUTURA



#### LOGÍSTICA **R\$ 58,3 bi**

Construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias



#### ENERGÉTICA **R\$ 274,8 bi**

Energia elétrica, petróleo, gás natural e combustíveis



#### SOCIAL E URBANA **R\$ 170,8 bi**

Saneamento, universalização do Luz para Todos, habitação, metrô, trens urbanos e infra-estrutura hídrica



## Previsão de investimento regional em infra-estrutura 2007-2010

R\$ bilhões

REGIÃO	LOGÍSTICA	ENERGÉTICA	SOCIAL E URBANA	TOTAL
Norte	6,3	32,7	11,9	50,9
Nordeste	7,4	29,3	43,7	80,4
Sudeste	7,9	80,8	41,8	130,5
Sul	4,5	18,7	14,3	37,5
Centro-Oeste	3,8	11,6	8,7	24,1
Nacional*	28,4	101,7	50,4	180,5
<b>TOTAL</b>	<b>58,3</b>	<b>274,8</b>	<b>170,8</b>	<b>503,9</b>

\*Projetos de características nacionais, que não estão localizados em uma única região.

## Previsão total de investimento em infra-estrutura logística

R\$ bilhões

MODAL	2007	2008 - 2010	TOTAL
Rodovias	8.086	25.352	33.437
Ferrovias	1.666	6.197	7.863
Portos	684	1.979	2.663
Aeroportos	878	2.123	3.001
Hidrovias	280	455	735
Marinha Mercante	1.779	8.802	10.581
<b>TOTAL</b>	<b>13.373</b>	<b>44.907</b>	<b>58.280</b>

Orçamento Geral da União - R\$ 33 bilhões. Financiamento Público (BNDES) - R\$ 17 bilhões.

**Previsão de investimento regional em transportes 2007 - 2010**

R\$ bilhões

REGIÃO	INVESTIMENTO TOTAL
Norte	6,2
Nordeste	7,3
Sudeste	6,1
Sul	,39
Centro-Oeste	3,5
Projetos Especiais	28,4
<b>TOTAL*</b>	<b>55,4</b>

\*Não inclui investimentos em Aeroportos

# Projetos no Paraná contemplados pelo PAC

**BR -153: Pavimentação do trecho Ventania - Alto do Amparo**

**BR - 116: Adequação do Contorno Leste de Curitiba**

**Corredor Ferroviário do Oeste - Construção de ferrovia ligando Guarapuava a Ipiranga**

**Porto de Paranaguá - Construção e recuperação de berços de atracação**

**Aeroporto Internacional Afonso Pena - Ampliação da pista e do terminal de cargas**

**Construção da segunda ponte internacional sobre o Rio Paraná, em Foz do Iguaçu**





# Unimed Curitiba

Projeto da cooperativa incentiva práticas saudáveis para melhorar a qualidade de vida da população

Estrutura interativa montada no Parque São Lourenço

## combate o sedentarismo

O sedentarismo é o principal alvo do projeto Verão Saúde Unimed. O objetivo é estimular as pessoas a adotarem práticas mais saudáveis no seu cotidiano e fazê-las perceber que o exercício pode ser realizado em qualquer ambiente e horário do dia. Desenvolvido pela Unimed Curitiba, com a parceria da Prefeitura de Curitiba e o apoio das Águas Ouro Fino, o projeto está sendo realizado em três parques da cidade. As atividades do Verão Saúde Unimed tiveram início no dia 8 de janeiro e vão se estender até 16 de fevereiro, nos Parques São Lourenço, Jardim Botânico e Bacacheri. Com uma estrutura interativa montada nestes locais, a cooperativa pretende atrair o maior número de pessoas e incentivá-las a participar das atividades propostas, como alonga-

mento, massagem, técnicas de respiração, entre outras.

O hábito de não se exercitar regularmente – o sedentarismo – é associado em grande parte a várias doenças crônicas, que, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), matam aproximadamente 33 milhões de pessoas por ano em todo o mundo. Segundo o presidente da Unimed Curitiba, Sergio Ioshii, o sedentarismo está associado a doenças como hipertensão arterial, obesidade, diabetes e infarto do miocárdio. “A atividade física realizada com frequência ajuda as pessoas a prevenir estas doenças, além de diminuir a ansiedade e o estresse”, afirma.

A cooperativa realiza vários programas de medicina preventiva, que envolvem seus clientes e a comunidade. “Prevenir doenças ou diagnosticá-las em suas

fases iniciais são ações que melhoram significativamente a qualidade de vida das pessoas. Para que isto aconteça efetivamente, há necessidade de estímulo à participação e à mudança de atitude das pessoas”, ressalta Ioshii.

Segundo a OMS, o sedentarismo vem crescendo de forma alarmante no mundo inteiro, deixando de ser uma preocupação meramente estética para se transformar num problema grave de saúde pública, numa epidemia global. O sedentarismo nada mais é do que a lei do menor esforço, ou seja, usar a escada rolante, o elevador, andar de carro o tempo todo, enfim, a completa ausência de atividade física. O cronograma completo do Verão Saúde Unimed, com horários, locais e as atividades, está disponível no site [www.unimed.com.br](http://www.unimed.com.br).

# Evento

## reúne mais de 1.700 cooperativas



O Encontro Estadual das Cooperativas Paranaenses, realizado no dia 1º de dezembro de 2006, no Estação Embratel Convention Center, registrou um recorde de público. Mais de 1.700 cooperativistas de todas as regiões do Estado participaram do evento, para celebrar as conquistas do ano – difícil, devido à crise – e projetar as ações para 2007. A abertura do evento foi feita pelo presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, na presença de autoridades nacionais e estaduais – incluindo o ministro Paulo Bernardo (Planejamento) - diri-

gentes cooperativistas e parlamentares.

Além de promover a integração e a confraternização entre os participantes, o objetivo do Encontro, organizado todos os anos pelo Sistema Ocepar, é fazer um balanço das ações e conquistas do cooperativismo e projetar o futuro. No evento foram entregues os troféus Ocepar e anunciados os vencedores do Prêmio Ocepar de Jornalismo.

Em seu discurso, Koslovski destacou o apoio ao cooperativismo realizado pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, do secretário de Agricultura Familiar

### Confraternização das cooperativas do Paraná teve número recorde de participantes

do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Valter Bianchini, e do diretor-geral brasileiro de Itaipu, Jorge Samek. Koslovski disse que o trabalho em relação às medidas estruturantes para a agricultura continua. O presidente falou ainda sobre a importância do cooperativismo na economia do Estado. São 410 mil cooperados e mais de 780 mil postos de trabalho gerados no Paraná. O cooperativismo responde por 55% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário do Estado. Koslovski lembrou ainda da necessidade de atualização da lei cooperativista, que é de 1971.



O presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, fez a abertura do evento cooperativista



Pelos importantes serviços prestados ao cooperativismo, o presidente da Cofercatu, José Otaviano de Oliveira Ribeiro, recebeu o Troféu Ocepar



O deputado estadual Élio Rusch fez um pronunciamento, representando os deputados da Assembléia Legislativa do Paraná. “Hoje é impossível não associar o desenvolvimento socioeconômico do País sem falar nas cooperativas”, afirmou Rusch. O deputado federal Eduardo Sciarra, representando a Frencoop, falou do trabalho realizado pela Ocepar na defesa do cooperativismo. Também manifestou suas preocupação com a questão logística e de infra-estrutura não só no Estado como no país.

**Troféu Ocepar** – O primeiro a receber o Troféu Ocepar, pelos relevantes serviços prestados ao cooperativismo, foi o presidente da Cofercatu, o engenheiro agrônomo José Otaviano de Oliveira Ribeiro. Ele fez um agradecimento aos cooperados e funcionários. “Se não fossem vocês, eu não chegaria aqui hoje”, disse.

Em seguida, o ministro Paulo Bernar-



do – ex-secretário da Fazenda de Londrina, ex-secretário da Fazenda do Mato Grosso do Sul e ex-deputado federal - recebeu o troféu. Antes de passá-lo às mãos do ministro, Koslovski fez questão de ressaltar os relevantes serviços que tem prestado não só ao país mas também ao cooperativismo. “Paulo Bernardo é um ministro de poucas palavras, mas de muita ação”, lembrou o líder cooperativista, destacando, entre as diversas medidas tomadas pelo atual governo e que passaram pelo apoio direto do ministro, a questão da manutenção dos armazéns do antigo IBC para as cooperativas, articulou junto ao governo a implementação das medidas para renegociação das dívidas rurais, capitalização das cooperativas de crédito, liberação da Carta Sindical da Fecoopar, articulou junto com Bianchini e Samek reunião da Ocepar com o presidente Lula, a questão da zona de amortecimento, negociações junto ao BNDES para inserir todas as cooperativas na liberação de recursos para o setor, entre outras ações importantes.

“Queremos continuar desonerando a produção, principalmente os investimentos. Queremos desonerar a construção

civil e as exportadoras”, disse o ministro.

**Integração** – Eloi Eggers Wächter, do Conselho Fiscal da Lar, participou pela terceira vez do Encontro Estadual e afirmou que a integração entre os cooperativistas é extremamente benéfica ao Sistema. “É importante para divulgar as ações do cooperativismo, assim as cooperativas se fortalecem. É muito importante ainda que os jovens participem, pois são eles que vão continuar o nosso trabalho”, comentou. Cecília Adelaide Trevizan, da Integrada, veio pela segunda vez. Ela destacou a participação das mulheres no cooperativismo.

O jornalista da Rede Globo, Maurício Kubrusly, fez uma apresentação no evento sobre o programa “Me leva Brasil”. O jornalista falou da generosidade do povo brasileiro “que pratica cooperativismo sem saber direito o que é uma cooperativa”, e que encontra soluções criativas sempre que é pressionado pelas dificuldades. “O que transforma um país é a educação”, frisou Kubrusly. Na sequência, Raul Alberto Marinnuzi fez uma palestra sobre o momento e a importância da reflexão para a escolha dos caminhos a seguir na vida e no trabalho. ■



O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, foi homenageado pelo apoio constante ao setor cooperativista e também recebeu o Troféu Ocepar



O jornalista da Rede Globo, Maurício Kubrusly, fez uma apresentação no evento sobre o programa “Me leva Brasil”

# Cooperativismo

III Prêmio Ocepar de Jornalismo divulga vencedores

## na pauta da mídia paranaense



O dia 1º de dezembro de 2006 foi uma data duplamente significativa para o cooperativismo paranaense. Além da realização do Encontro Estadual de Cooperativistas, um tradicional evento anual de balanço das atividades do setor, este foi o dia da divulgação do resultado do III Prêmio Ocepar de Jornalismo, motivo de comemoração para doze jornalistas paranaenses. Eles foram os vencedores da terceira edição do Concurso, que já distribuiu mais de R\$ 65 mil em prêmios desde seu lançamento, em 2004. Criado com a intenção de promover e divulgar os projetos, ações econômicas e sociais realizadas pelo cooperativismo paranaense,

dentro e fora do Estado, e, reconhecer a competência dos profissionais da área, o Prêmio Ocepar contabilizou, neste ano, 42 trabalhos inscritos nas categorias: Jornalismo Impresso, Telejornalismo, Radiojornalismo e Mídia Cooperativa. O tema desta edição foi “Cooperativismo: apoiando a cooperação, desenvolvendo pessoas”.

Os trabalhos foram julgados por uma comissão composta por Guntolf van Kai-ck (ex-presidente da Ocepar e assessor da atual diretoria); Flávio Turra (Gerente Técnico e Econômico do Sistema Ocepar); Ricardo Rossi (Assessor de Imprensa do Sistema Ocepar); Representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do

Paraná - Sindijor (Aniela Almeida); Representante da Associação dos Jornalistas do Agronegócio do Paraná - Ajap (Roberto Monteiro, diretor da AJAP e assessor de imprensa da Emater-PR). Os trabalhos tiveram a coordenação do jornalista Samuel Milléo Filho, responsável pela Assessoria de Imprensa e Comunicação do Sistema Ocepar/Sescoop-PR. Os principais critérios da avaliação foram, fidelidade ao tema, conteúdo e estrutura textual.

O Prêmio Ocepar de Jornalismo é uma iniciativa do Sistema Ocepar apoiada pelo Sicredi Paraná, Federação Unimed do Paraná e Sindicato dos Jornalistas do Paraná. ■

## Conheça a seguir os jornalistas e os trabalhos contemplados em cada categoria

### Categoria: Jornalismo Impresso

Colocação	Jornalista	Veículo	Reportagem
1º Lugar	Giovani Ferreira e Valmir Denardim	Jornal Gazeta do Povo	“Produção Cooperativa: pequenos produtores, grandes negócios”.
2º Lugar	Rosângela Oliveira	Jornal O Estado do Paraná	“Cooperação: alternativa contra a crise”
3º Lugar	Rogério Recco	Jornal O Diário do Norte do Paraná	“Cooperativa inclui deficientes”

### Categoria: Mídia Cooperativa

Colocação	Jornalista	Veículo	Reportagem
1º Lugar	Almir Trevisan	Jornal C. Vale	“Diversificação de atividades mantém produtor no campo”
2º Lugar	Elis D’alessandro	Revista Frimesa	“Cooperativismo gerando conhecimento e resultados”
3º Lugar	Lariessa Mergener	Revista Copagrill	“Família unida, produtividade garantida”

### Categoria: Telejornalismo

Colocação	Jornalista	Veículo	Reportagem
1º Lugar	Sérgio Mendes	TV Tibagi de Maringá Programa GPP Rural	“De dona de casa a empresária rural”
2º Lugar	Solange Riuzim	TV Cultura de Maringá RPC – Programa Caminhos do Campo	“Cooperação: alternativa contra a crise”
3º Lugar	Sérgio Mendes	TV Tibagi de Maringá Programa GPP Rural	“Aprendendo com a crise – jovem produtor rural”

### Categoria: Radiojornalismo

Colocação	Jornalista	Veículo	Reportagem
1º Lugar	Joice Hasselmann	Rádio BAND NEWS de Curitiba	“Paraná, da enxada às grandes cooperativas”
2º Lugar	Jurandir Ambonatti	Rádio CBN de Curitiba	“Cooperativismo e as mulheres”
3º Lugar	Sára Ferneda Messias	Rede de Emissoras do Oeste	“Cooperativismo que transforma a realidade social e econômica”

Evento foi aberto pelo superintendente adjunto, Nelson Costa, e reuniu representantes das cooperativas do Paraná que atuam no varejo



# Cooperativas querem aumentar presença no varejo

**Dirigentes e técnicos vão elaborar estratégias para ampliar participação do setor e conquistar novos mercados**

**C**onhecer e diagnosticar a participação do setor no varejo e desenvolver estratégias para a conquista de novos mercados. Este é o objetivo do Fórum Permanente de Varejo das Cooperativas, que teve início no dia 6 de dezembro, na sede do Sistema Ocepar, em Curitiba. Participaram do evento mais de 30 profissionais, que atuam em 13 cooperativas do Paraná e manterão encontros constantes em 2007. A meta do Sistema Ocepar e das cooperativas é aumentar em 20% a participação no varejo até 2008.

A primeira edição do Fórum foi aberta pelo superintendente adjunto da Ocepar, Nelson Costa, que enfatizou a importância do evento para a construção de um

plano de trabalho voltado ao varejo. “Os produtos das cooperativas paranaenses têm excelente qualidade. Mas é preciso ampliar o mercado através de uma estratégia adequada e que comunique ao consumidor os diferenciais da produção cooperativista, principalmente no aspecto da qualidade dos produtos industrializados e na origem garantida da matéria-prima”, afirmou. No ramo agropecuário, 14 cooperativas atuam no varejo. As vendas nas gôndolas de supermercados já respondem por cerca de 15% do faturamento total do sistema cooperativista do Paraná.

**Palestras** – O professor Filinto Esenbach Neto (PUC/PR) deu início à pro-

gramação do evento e apresentou o Programa de Desenvolvimento Contínuo de Varejo das Cooperativas, que será elaborado ao longo das reuniões do Fórum Permanente, que irão acontecer em várias cidades do Paraná em 2007. Módulos profissionais e organizacionais acontecerão em todos os encontros, visando intensificar a integração e atuação das cooperativas no varejo. “Vamos buscar áreas de convergência e oportunidades, identificar barreiras e desafios e promover debates. O objetivo é ampliar a participação das cooperativas no mercado consumidor brasileiro”, explicou. O Fórum de Varejo é uma realização da Ocepar/Sescoop-PR, cooperativas e PUC-PR.

**Cenário brasileiro e mundial** – A palestra seguinte foi do professor José Lupoli (USP), que apresentou as características do mercado atual e as tendências das empresas varejistas. Segundo ele, as transformações ocorridas nos últimos anos modificaram os conceitos de administração e exigiram rápida adaptação dos empresários. O cenário do passado consistia em inflação alta, baixa automação, foco no financeiro e concorrência estável. Resultado: ineficiências encobertas. No cenário atual, a inflação baixa, a crescente automação, o foco nas operações e a concorrência acirrada acabam deixando expostas falhas e ineficiências de gestão. Neste contexto, emergiu um país competitivo e as empresas deixaram de ganhar com o mercado financeiro. O lucro é consequência da aceitação dos produtos e serviços ofertados. “A busca constante da excelência é fundamental, já que o consumidor não compra apenas um produto, mas um conceito, uma solução, algo com o qual ele se identifica. Qualidade é uma



**O presidente da Apras, Everton Mufatto, fez um balanço dos resultados do ano e projetou crescimento de 6% para o setor em 2007**

obrigação, mas o que pode determinar a aceitação dos produtos na gôndola são a diferenciação e o posicionamento da marca”, enfatizou.

**Apras** – O presidente da Apras (Associação Paranaense de Supermercados), Everton Mufatto, fez uma explanação no Fórum sobre o setor de varejos no Estado. Segundo ele, as projeções para 2006 apontam uma alta de 1% no faturamento em comparação ao ano passado. Em 2005,

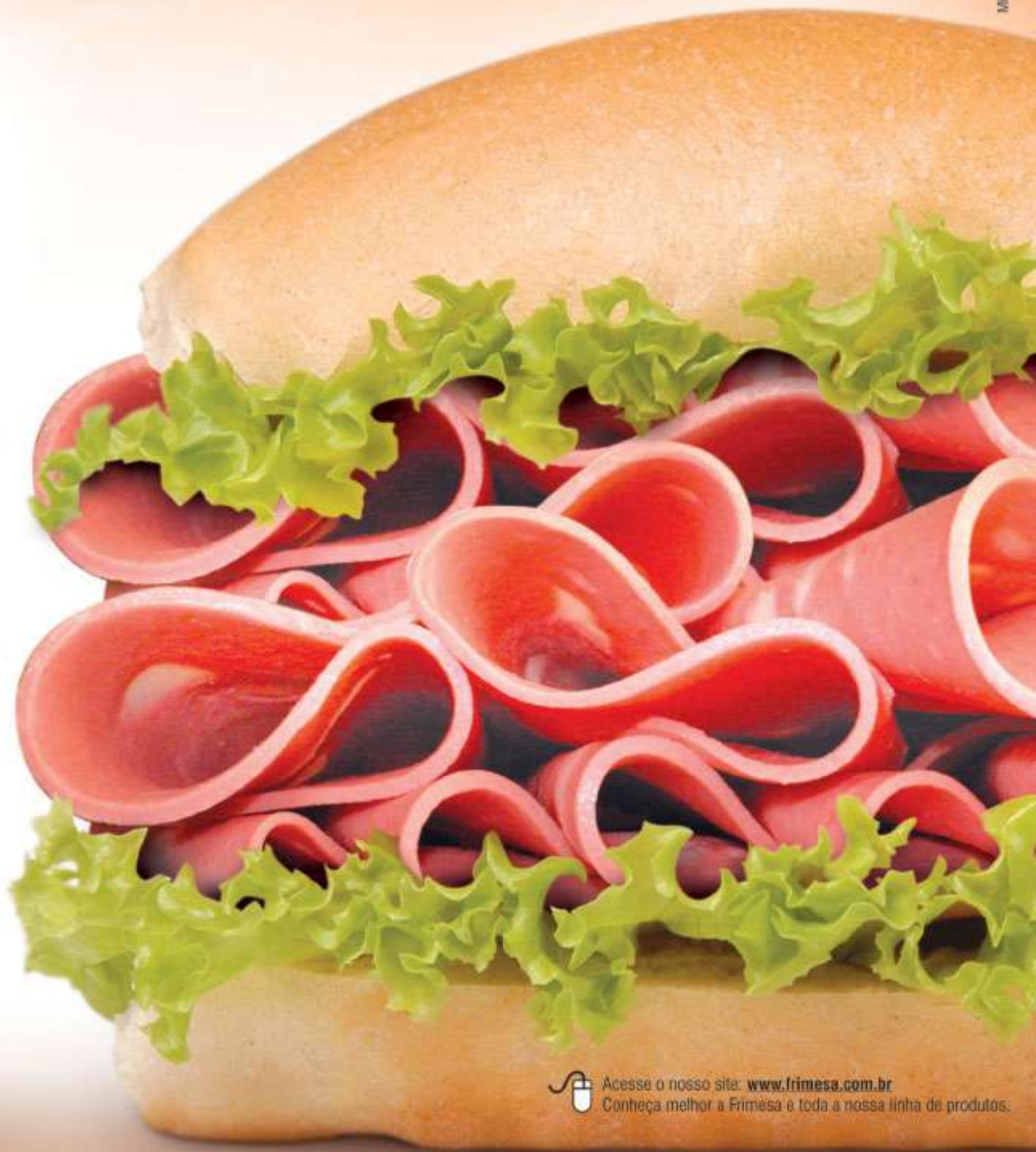
o setor faturou no Paraná cerca de R\$ 7,5 bilhões. “Começamos o ano projetando um crescimento de 5%. A crise na agropecuária e o dólar em baixa causaram deflação e queda nos preços, derrubando as estimativas iniciais. Os indicadores até o momento mostram que teremos uma pequena variação nos números, num cenário de estagnação”, avaliou. De acordo com Mufatto, as projeções para 2007 são mais otimistas. “O cenário é mais favorável e estimamos um crescimento superior a 6% no ano”, disse.

Para o presidente da APRAS, eventos como o Fórum de Varejo são importantes para definir estratégias de atuação no mercado. “É fundamental que as cooperativas cumpram todos os requisitos exigidos para aprimorar a gestão, desenvolver produtos e ter forte posicionamento na gôndola. Pelo importante papel social e econômico que realiza no Paraná, o sistema cooperativista pode ampliar mercados e competir com eficiência no varejo”, concluiu. ■

# Frimesa

## Um exagero de sabor

A Frimesa está lançando a **Mortadela Defumada Tipo Bologna**. Um produto elaborado com carnes selecionadas e tempero ideal. **Experimente essa delícia.**



**BNDES estima emprestar  
R\$ 400 milhões para  
empreendedores de  
pequeno porte**



# Cooperativas

## singulares podem repassar recursos de microcrédito

**A**s cooperativas de crédito singulares podem atuar como agentes diretos de repasse dos recursos do Programa de Microcrédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A legislação vigente para o projeto (Lei 11.110, de 25/04/2005) não exige a intermediação de centrais ou bancos cooperativos. “Abrir para a participação direta das cooperativas singulares foi uma decisão excelente, pois amplia o canal de distribuição do Programa”, afirma José Flavio Gioia, técnico do Departamento de Economia Solidária do BNDES. Em 2006, as contratações aprovadas de microcrédito totalizaram R\$ 48 milhões. O banco estima emprestar mais de R\$ 400 milhões nos próximos cinco anos. Dinheiro que será des-

tinado para o financiamento de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades de pequeno porte. “A maior parte dos empréstimos é voltado para confecções, vendedores de alimentos, feirantes, entre outros”, explica Gioia.

O Governo Federal tem por objetivo, anunciado pelo presidente Lula no discurso de posse do segundo mandato, criar condições para a expansão do crédito. A meta é ampliar o montante disponível para investimentos dos 30% do PIB (Produto Interno Bruto) atuais, para cerca de 50% até 2010. As cooperativas de crédito podem operacionalizar com eficiência parte destes recursos.

O Programa do BNDES repassa até R\$ 10 mil por contratante, com taxas de juros ao tomador final de até 4% ao mês, considerando todos os encargos relativos ao em-

préstimo concedido. Podem ser financiados projetos que promovam o desenvolvimento das comunidades e a inclusão social. As cooperativas de crédito, tanto entidades singulares como centrais ou bancos cooperativos, podem atuar como agentes repassadores. De acordo com o banco, o valor médio dos contratos varia de R\$ 600 na região Nordeste a R\$ 2,5 mil na região Sul. A expectativa é de que os empréstimos contribuam para a geração e a manutenção de 1,4 milhão de postos de trabalho nos próximos cinco anos. “O incentivo ao microcrédito tem uma importante função social, viabilizando projetos que geram empregos e renda. As cooperativas podem atuar com eficiência como agentes de repasse de recursos aos empreendedores”, explica o gerente técnico e econômico do Sistema Ocepar, Flavio Turra. ■



**Atuação direta das cooperativas aumenta alcance do Programa de Microcrédito do BNDES**

## Condições de Financiamento para o Beneficiário Final

**Taxa de Juros:** até 4% a.m. (considerando-se todos os encargos relativos ao empréstimo concedido)

**Taxa de Abertura de Crédito (TAC):** até 3% sobre o valor financiado

**Valor máximo do financiamento:** R\$ 10.000,00 por beneficiário

**Modalidades:** financiamento de capital de giro e/ou investimento fixo.

**Prazo de Financiamento e Garantias:** a serem definidos na análise da operação, de acordo com a política de concessão de crédito do agente repassador de crédito

## Condições do programa para cooperativas centrais (não credenciadas como agentes financeiros do BNDES)

**Filiadas a agentes financeiros do BNDES:** fator de alavancagem do Agente, limitado a três vezes o Patrimônio de Referência

**Não filiadas a agentes financeiros do BNDES:** fator de alavancagem equivalente a 50% do seu Patrimônio de Referência

**Prazo de financiamento:** até 96 meses incluindo até 24 meses de carência

**Nível de participação:** até 85% dos recursos destinados exclusivamente ao Fundo de Microcrédito

**Valor do financiamento mínimo:** R\$ 1 milhão

**Custo financeiro:** Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP

## Requisitos para os agentes repassadores

O projeto a ser apresentado ao BNDES para captação dos recursos deverá conter plano de trabalho da instituição com proposta de metas e indicadores de resultados e de desempenho econômico-financeiros e sociais.

O plano de trabalho deverá apresentar a estratégia de atuação para atingir os microempreendedores, destacando seus focos de atuação em: aglomerações produtivas complementaridade com outros programas ou projetos sociais; setores produtivos específicos, entre outros.

Os agentes repassadores do microcrédito deverão enviar ao BNDES, por meio eletrônico, todas as informações estabelecidas pelo BNDES dos contratos celebrados com os tomadores finais.

## Condições do programa para cooperativas singulares

**Filiadas a agentes financeiros do BNDES:** fator de alavancagem do agente (capacidade de garantir os recursos tomados), limitado a três vezes o Patrimônio de Referência (patrimônio líquido referencial junto ao Banco Central)

**Não filiadas a financeiros do BNDES:** fator de alavancagem equivalente a 50% do seu Patrimônio de Referência

**Taxa de Juros:** Custo Financeiro + Remuneração do BNDES

**Custo Financeiro:** Taxa de juros de longo Prazo – TJLP.

**Remuneração do BNDES:** 1,5% a.a.

**Prazo de financiamento:** até 96 meses, incluindo até 24 meses de carência.

**Valor do Financiamento Mínimo:** R\$ 1 milhão

# Poder de troca na agricultura

**N**os gráficos abaixo estão reproduzidas algumas análises feitas pela Gerência Técnica e Econômica do Sistema Ocepar sobre o poder de troca dos produtores rurais no mês de dezembro de 2006. Este trabalho é realizado com base nos preços divulgados pelo Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná (Seab). Com estes gráficos em mãos, os produtores podem acompanhar melhor o desempenho de sua atividade e ver, por exemplo, quanto é necessário do seu trabalho, da sua produção, para aquisição de um determinado item de consumo.

Foto: Arquivo Ocepar



**SOJA X INSUMOS**



**MILHO X INSUMOS**



**TRIGO X INSUMOS**



**SOJA X MAQUINÁRIO**



**MILHO X MAQUINÁRIO**



**TRIGO X MAQUINÁRIO**



Vida saudável  
todo dia.

inove



PRODUTOS  
**Coamo**

[www.coamo.com.br](http://www.coamo.com.br)

## INDICADORES ECONÔMICOS



### INDICADORES CONJUNTURAIS DA ECONOMIA

ÚLTIMOS 12 MESES

Indicadores	Unidade	Dez 06	Nov 06	Out 06	Set 06	Ago 06	Jul 06	Jun 06	Mai 06	Abr 06	Mar 06	Fev 06	Jan 06	Dez 05	Ano 05	Ano 04	Ano 03	Ano 02	Ano 01	Ano 00
Taxa inflação	IPCA	-	0,31	0,33	0,21	0,05	0,19	-0,21	0,10	0,21	0,43	0,41	0,59	0,36	0,46	7,60	9,30	12,53	7,67	5,97
	IGP-Di	-	0,57	0,81	0,24	0,41	0,17	0,67	0,38	0,02	-0,45	-0,06	0,72	0,07	0,10	12,13	7,66	26,41	10,40	9,80
Taxa desemp.	%	-	9,50	9,80	10,00	10,60	10,70	10,40	10,20	10,40	10,40	10,10	9,20	8,30	9,83	11,48	12,32	7,14	6,23	7,14
Taxa de câmbio	R\$/US\$	2,15	2,16	2,15	2,17	2,16	2,19	2,25	2,18	2,13	2,15	2,16	2,27	2,29	2,43	2,93	3,08	2,92	2,35	1,83
Taxa Selic	%	13,25	13,75	13,75	14,25	14,75	14,75	15,25	15,81	15,70	16,54	17,29	17,65	18,24	19,12	17,51	23,37	20,44	19,05	16,19
TJLP	%	6,50	6,85	6,85	6,85	7,50	7,50	8,15	8,15	8,15	8,15	9,00	9,00	9,75	9,75	9,75	11,01	10,00	10,00	9,75
TR	%	0,219	0,152	0,188	0,152	0,244	0,175	0,194	0,189	0,086	0,207	0,073	0,233	0,227	0,233	0,150	0,379	0,231	0,189	0,173
Balança Com.	Bi US\$	5,01	3,19	3,92	4,43	4,51	5,64	4,08	3,03	3,10	3,68	2,82	2,84	4,35	44,76	33,66	24,79	13,12	2,65	-0,70
Res. Intermac.	Bi US\$	85,84	83,11	78,20	73,33	71,48	66,82	62,67	63,38	56,55	59,82	57,41	56,92	53,80	58,52	52,93	46,56	37,06	35,87	33,01

Fonte: IPEA, IBGE, Bacen, Mdic, Elaboração: Ocepar/Getec – Janeiro/2007.

### INDICADORES DE PREÇOS DO AGRONEGÓCIO

ÚLTIMOS 12 MESES

Indicadores	Unidade	Dez 06	Nov 06	Out 06	Set 06	Ago 06	Jul 06	Jun 06	Mai 06	Abr 06	Mar 06	Fev 06	Jan 06	Dez 05	Ano 05	Ano 04	Ano 03	Ano 02	Ano 01	Ano 00
Algodão caroço	RS/@	13,08	13,08	13,11	13,15	13,14	13,13	13,11	13,17	13,21	13,16	13,23	13,22	13,18	13,22	17,03	17,50	9,96	8,28	13,21
Café em coco	kg/renda	4,06	3,63	3,30	3,28	3,24	3,16	3,16	3,32	3,50	3,48	3,71	3,62	3,34	3,61	2,82	2,31	1,56	1,42	3,22
Milho	RS/Sc	16,44	15,40	13,26	12,03	11,81	12,12	12,45	11,69	10,44	10,95	12,67	11,87	11,52	14,35	15,53	15,73	13,90	8,31	13,08
Soja	RS/Sc	28,43	29,01	26,55	24,50	23,91	24,58	24,81	23,93	22,57	23,69	25,58	26,16	25,30	27,56	38,42	37,42	25,69	19,06	24,65
Trigo	RS/Sc	26,34	27,54	26,09	22,00	20,31	19,42	19,35	18,94	18,94	19,03	19,25	19,29	18,38	19,57	24,51	27,24	29,49	15,65	17,30
Cana-de-açúcar	RS/t	35,91	35,94	36,37	37,15	38,10	37,09	35,82	35,28	29,22	29,40	29,23	29,03	28,81	28,24	25,77	26,04	20,02	21,06	28,55
Mandioca	RS/t	139,30	125,48	89,07	77,41	75,79	74,41	75,76	77,39	79,42	82,01	85,16	85,10	84,20	115,02	238,10	197,95	59,08	45,12	84,76
Boi gordo	RS/@	52,02	53,80	57,11	53,61	50,96	45,69	44,57	45,33	45,28	45,30	46,09	46,56	48,60	50,76	55,89	54,14	45,41	40,21	50,14
Frango vivo	RS/kg	1,19	1,22	1,29	1,19	1,15	1,12	1,17	1,11	1,09	1,12	1,20	1,27	1,29	1,36	1,44	1,37	1,02	0,86	1,37
Leite cota	RS/l	0,44	0,45	0,45	0,45	0,45	0,45	0,44	0,42	0,40	0,39	0,38	0,40	0,39	0,46	0,45	0,41	0,30	0,28	0,42
Suíno raça	RS/kg	1,55	1,53	1,52	1,44	1,41	1,14	1,23	1,27	1,30	1,44	1,57	1,65	1,81	2,13	2,24	1,59	1,17	1,23	2,10

Fonte: Seab/Deral, Elaboração: Ocepar/Getec – Janeiro/2007. Preços médios mensais recebidos pelos produtores paranaenses.

### INDICADORES DO COOPERATIVISMO

Indicadores	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Faturamento (bilhões R\$)	6,49	8,02	11,21	15,50	18,00	16,5
Cooperativas (unidades)	194	193	202	204	210	228
Cooperados (unidades)	243.224	245.884	266.523	293.579	348.000	403.195
Colaboradores (unidades)	28.460	30.421	32.693	39.059	45.000	49.000
Exportações (milhões US\$)	355,42	633,82	643,87	800,00	1.000,00	700
Investimentos (milhões R\$)	-	300	350	450	780	600
Participação no PIB do Paraná	9,70%	10,50%	13,30%	16,50%	18%	18%
Participação no PIB agropecuário do PR	47%	55%	52%	53%	55%	55%

Fonte: Ocepar/Getec.



**Linha  
Temperados**



**Copacol**

*Receita para ser Feliz*

**Conheça o lançamento mais saboroso  
que a Copacol preparou para você!**



45 3241-8080 | [www.copacol.com.br](http://www.copacol.com.br)

# Mais um produto da nossa terra para a sua mesa

A Cocamar é uma família. Uma família que faz de um jeito diferente.

Que cuida e está comprometida com todas as etapas do processo

produtivo, desde plantar as sementes na terra até o momento em que

o produto chega na mesa do consumidor. Que respeita e vive em

harmonia com o meio ambiente. Que pesquisa, cria, desenvolve

e se envolve com um mercado cada vez mais exigente. É essa família

que tem o orgulho de apresentar o seu novo filho: o Creme de Soja

Purity. Uma inovação, uma revolução, algo inédito em todo o País.

Um produto para a gente bater a mão no peito e se orgulhar.

**Mais um produto com o compromisso de fazer melhor tudo que faz.**

**livre de colesterol • livre de lactose**  
**rico em proteínas essenciais para a saúde**



Alimento com soja sabor de creme de leite. Foto ilustrativa. Indústria Brasileira.

Produção em parceria com a Associação Brasileira de Indústria de Alimentos Vegetais (ABIAV) e a Associação Brasileira de Indústria de Alimentos de Soja (ABIASOJA).